

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - MG

Instituto de Ciências da Natureza

Curso de Geografia – Bacharelado

DERIELSEN BRANDÃO SANTANA

**DA DESCRIÇÃO A GEOGRAFIA CULTURAL: A
TRAJETÓRIA DO PENSAMENTO DE ROBERTO LOBATO
CORRÊA**



Alfenas – MG

2014

DERIESEN BRANDÃO SANTANA

**DA DESCRIÇÃO A GEOGRAFIA CULTURAL: A
TRAJETÓRIA DO PENSAMENTO DE ROBERTO LOBATO
CORRÊA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como parte dos requisitos destinados à obtenção do título de Bacharel em Geografia pelo Instituto de Ciências da Natureza da Universidade Federal de Alfenas-MG, sob a orientação do Prof. Dr. Flamarion Dutra Alves.

Alfenas – MG

2014

DERIESEN BRANDÃO SANTANA

**DA DESCRIÇÃO A GEOGRAFIA CULTURAL: A
TRAJETÓRIA DO PENSAMENTO DE ROBERTO LOBATO
CORRÊA**

A banca examinadora abaixo assinada aprova o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para aprovação na disciplina de Trabalho de conclusão de curso II e obtenção do título de bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL – MG).

Prof. Dr. Flamarion Dutra Alves

Assinatura:

Universidade Federal de Alfenas

Prof. Dr. Evânio dos Santos Branquinho

Assinatura:

Universidade Federal de Alfenas

Prof.ª Dr.ª Sandra de Castro Azevedo

Assinatura:

Universidade Federal de Alfenas

AGRADECIMENTOS

Gostaria primeiramente de agradecer às forças do universo que se constituem na base primária de qualquer entendimento e configuraram a chance de criação desse trabalho. Meus pais, e meu irmão que tiveram contribuição imensurável para a chegada nessa etapa. Essas são as pessoas mais importantes da minha vida, e dedico a estas pessoas não só esse trabalho; tudo o que me tornei foi graças aos ensinamentos que obtive durante toda minha vida.

Agradeço a minha princesinha Luiza Marino, que foi muito compreensiva durante esse tempo, e encorajou-me de forma inestimável para a criação desse. Nos dias de calma e nos dias de estresse, obrigado por me entender, e primeiramente por ser uma grande amiga e companheira nos momentos que precisei. De fato, meus dias alfenenses não seriam a mesma coisa sem você ao meu lado.

Agradeço também, e não menos importante, aos amigos que fiz durante esse ano, a todos da minha sala de aula, que contribuíram para uma ampliação de meu leque informativo, através de críticas ou de palavras de encorajamento. Guardarei-os sempre na minha memória. Em especial às pessoas que sempre me indagavam a respeito do andamento desse meu TCC: Caetano, Alex, Amandinha, Carina, Marina, Gustavo, Patrick, Lais, Ericka, Anna, Flavia, Taci. E aos meus amigos com os quais tive oportunidade de morar: João Pedro, Adriano, Mateus, Saulo e nossas conversas matinais no trajeto à padaria, Cezar e Rafael.

Por fim, não há palavras para agradecer ao corpo docente da faculdade e as pessoas que dividi minhas experiências acadêmicas. Foram essas pessoas que forneceram uma base expressiva para minha formação como geógrafo, tanto em sala de aula, quanto em conversas fora dessa, e me ensinaram que ser geógrafo é realmente um dom e que o podemos ser cada dia nos aprimorarmos ainda mais no exercício de nossas funções. E também agradeço muito ao meu orientador, o prof. Dr. Flamarion Dutra Alves, que foi quem me ajudou na proposta metodológica estabelecida, e o cumpriu de forma especial na formulação desse trabalho. Levarei comigo esses ensinamentos.

“Se as portas da percepção estivessem abertas, tudo apareceria para o homem tal como é:
infinito.”

(WILLIAM BLAKE, 1793)

RESUMO

A história da geografia, e das suas vertentes teóricas, aparecem de forma clara nas obras do autor Roberto Lobato Corrêa, um grande geógrafo brasileiro e difusor do conhecimento dessa disciplina no contexto nacional. Suas obras, não só as que aqui foram trabalhadas, merecem um papel de destaque e um estudo diferenciado, analisadas e categorizadas com foco na doutrina adotada. Partindo desse pressuposto, a pesquisa busca compreender as obras de Corrêa aliadas com a história do pensamento geográfico e como essa está inserida nos textos aqui trabalhados com início na década de 1960 e finalizando em 2010, demonstrando a mudança temática do autor em relação ao tempo em questão e abrangendo temas especialmente relacionados com a conjuntura nacional.

Palavras-chave: Roberto Lobato Corrêa, Pensamento Geográfico, Escolas Geográficas, Geografia Brasileira.

ABSTRACT

The history of Geography, and their systemic aspects, appears clearly in the works of author Roberto Corrêa Lobato, a large Brazilian diffuser and knowledge of this discipline in the national context geographer. His works, not only those that worked here, deserve a prominent role and a different study, analyzed and categorized with a focus on doctrine adopted. Based on this assumption, the research seeks to understand the works of Correa allied with the history of geographical thought and how this is embedded in the texts worked here with beginning in the 1960s, demonstrating the author's thematic change over time in question and covering topics especially related to the national situation.

Key-words: Roberto Lobato Corrêa, Geographic Thought, Sheds, Brazilian Geography

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
1.1 OBJETIVOS	11
1.2 JUSTIFICATIVA	11
2 MATERIAL E MÉTODO	12
3 AS CORRENTES DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO	15
3.1 GEOGRAFIA CLÁSSICA - MÉTODO INDUTIVO	15
3.2 GEOGRAFIA QUANTITATIVA - MÉTODO HIPOTÉTICO-DEDUTIVO	21
3.3 GEOGRAFIA CRÍTICA - MÉTODO DIALÉTICO.....	25
3.4 GEOGRAFIA HUMANISTA - MÉTODO DA PERCEPÇÃO.....	30
4 A GEOGRAFIA NO PENSAMENTO DE ROBERTO LOBATO CORRÊA	35
4.1 OS ESTUDOS NA DÉCADA DE 1960	35
4.2 OS ESTUDOS NA DÉCADA DE 1970	40
4.3 OS ESTUDOS NA DÉCADA DE 1980	43
4.4 OS ESTUDOS NA DÉCADA DE 1990	46
4.5 OS ESTUDOS NA DÉCADA DE 2000	49
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	54

1 - INTRODUÇÃO

O processo de concepção da ciência geográfica é decorrente de um processo de sistematização tardio na visão de alguns autores. A produção do conhecimento científico está sempre encarando desafios e superando muitas questões relevantes.

O presente trabalho apresentado pode ser catalogado em duas fases, possuindo como objetivo principal apresentar uma breve análise sobre a inserção das doutrinas geográficas incorporadas à algumas obras do autor Roberto Lobato Corrêa no decorrer da história.

Infere-se a forma como deu-se a evolução do autor moldada por conceitos e métodos adotados e a conexão com as escolas. Inicialmente fez-se uma breve discussão sobre o início da geografia, desde os gregos para chegarmos às as correntes geográficas. A primeira fase consiste basicamente em uma breve retomada dessa história geográfica com ênfase nas 4 escolas: a Clássica ou Tradicional, a Quantitativa ou Teorética, a Crítica ou Marxista e a Humanística ou Cultural; realizou-se uma breve discussão acerca dessas, enfocando as principais ideias e os conceitos de maior relevância. Em um posterior momento apresentou-se os principais conceitos geográficos caracterizados nas escolas tais como paisagem, região, lugar, território e espaço.

A segunda etapa consistiu em analisar as obras do mestre Corrêa e a inserção das escolas nos artigos trabalhados, e como se traduzia sua presença nos textos. As alterações metodológicas, década por década, são significativas em seus textos e encontram-se de forma expressiva no trabalho aqui realizado. Autor esse, que ao longo de diversas décadas, publicou ativamente sobre as mais variadas temáticas (população, urbanização, economia capitalista, agricultura, modelos entre outros).

Corrêa, carioca, nasceu em um bairro de classe média em 1939. Iniciou o curso de geografia no ano de 1958 na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ) e formou-se no ano de 1961. Vinculou-se ao Conselho Nacional de Geografia em 1959. Estudou no leste da França, mais precisamente em Strasburgo; também cursou mestrado em Chicago, onde, de acordo com o próprio “obteve o contato com a geografia Crítica”. Suas áreas de interesse principais correspondem a geografia

urbana e a geografia cultural. Foi geógrafo do IBGE no período de 1964 a 1993. Em 1978, em território nacional, tornou-se um dos elementos mais importantes da nova fase geográfica brasileira. Atualmente é professor adjunto da UFRJ e comanda um núcleo de pesquisas orientado para o estudo da geografia cultural dentro da própria universidade, e que conta inclusive com publicações periódicas em sites da internet e em revistas.



Figura 01: Roberto Lobato Corrêa

Fonte: <https://i.ytimg.com/vi/RTG4pAPEDu8/mqdefault.jpg>

As contribuições que a geografia, e que Corrêa vem trazendo no campo da geografia para a sociedade são resultados de muito trabalho e intensas leituras, discussões, e até mesmo profundos resgates teóricos e metodológicos. Debater e refletir sobre o desenvolvimento histórico da geografia, nunca é demais, mesmo que isso já tenha sido realizado por inúmeros estudiosos, visto que proporciona um melhor entendimento sobre o tema.

O nosso objetivo portanto equivale a um mosaico informativo sobre as principais dicotomias no decorrer do século XX no campo de debates da geografia. Deste modo, a pesquisa tem como prioridade resgatar parte da memória intelectual de Roberto Lobato Corrêa, e não assume um caráter definitivo sobre sua obra; tampouco temos a pretensão de resumir seu pensamento. A intenção é oferecer uma base orientadora para os leitores acerca do processo de evolução do desenvolvimento geográfico aliadas ao resgate de algumas obras do autor avaliadas, tecendo ideias da sua contribuição a geografia ao longo dos cinquenta anos analisados para esse ciência tão importante.

1.1 Objetivo Geral

- Compreender a trajetória geográfica de Roberto Lobato Corrêa no decorrer das diversas correntes do pensamento geográfico, entre 1960 a 2010.

1.2 Objetivos Específicos

- Estudar a análise da geografia nas obras do autor em distintos momentos da história.
- Analisar os conceitos geográficos utilizados pelo autor ao longo de sua obra.

1.3 Justificativa

A pesquisa desenvolvida abrange alguns conceitos que são inerentes e indissociáveis para com a geografia ao longo dos tempos. As denominadas “escolas do pensamento geográfico”, que tem início no século XIX, possuem suas peculiaridades, e aqui abordadas com foco nas obras do autor Roberto Lobato Corrêa servem de base primordial para esse estudo. A realização desse trabalho justifica-se por meio de identificar e estudar as escolas que estão presentes nas obras do autor, já que o mesmo vivenciou dos conhecimentos específicos de cada uma.

Atualmente pode-se determinar 4 (quatro) escolas no pensamento da geografia que surgiram ao longo do tempo (GOMES, 1996; MORAES, 2001; CLAVAL, 2006; MOREIRA, 2006): a geografia Clássica ou Tradicional em meados do século XIX, a geografia Quantitativa e/ou Teorética entre 1960 a 1980, a geografia Crítica e/ou Social e/ou Marxista a partir do final da década de 1970 e a geografia Humanística e/ou Cultural a partir da década de 1970. Cada uma dessas carrega consigo um expoente advindo de seus pensadores e demonstram uma diferenciação expressiva de conceitos e objeto de estudo.

Nas obras de R. L Corrêa é evidente a diferenciação do método adotado com relação as escolas em questão. A geografia Clássica irá aparecer nos primeiros textos e artigos do autor a partir dos anos sessenta (1960), permanecendo até a década setentista, sendo substituída por uma geografia baseada em modelos, a chamada Quantitativa. Após esta teremos a geografia Crítica, que representa uma ruptura com o pensamento anterior,

para por fim chegarmos a geografia humanística, que está em voga nos dias atuais. Essas escolas concomitantemente aliadas a seus conceitos e métodos se traduzem na principal ferramenta de conhecimento do saber geográfico.

Além desses fatores pode-se notar que o objeto de estudo geográfico no decorrer do tempo foi-se alterando. No início discorria a respeito da questão humana para com o meio, com esse último determinando ou possibilitando as condições sociais naquele ambiente. Logo em seguida nessa trajetória da geografia o espaço passou a ser organizado e planejado baseado no uso de modelos espaciais e técnicas matemático-estatísticas. Posteriormente, o panorama foi sendo substituído gradativamente pelo estudo das relações humanas aliadas a presença do fator local e que seriam o fator propício para a reprodução das condições sociais. Essa questão é de cunho relevante no estudo da Geografia e aqui será abordada de modo sucinto, a partir do ponto de vista de como essas relações do ser humano/espaço foram alterando-se ao longo do tempo. E nas obras do autor pode-se evidenciar a diferença da escola adotada ao longo do tempo, assim como as suas teorias pertinentes. A pesquisa resume-se a esse expoente do âmbito da geografia, representando uma pequena parte da história dessa ciência.

2 - MATERIAL E MÉTODO

O material utilizado na pesquisa compreende livros e artigos desde a década de 1960 até os dias atuais. Veja no quadro a seguir:

Quadro 1 – Material consultado sobre a obra de Roberto Lobato Corrêa entre 1963 – 2010

Número	Título	Ano	Livro/Revista
1	Regime de Exploração da Terra no Nordeste, uma Tentativa de Expressão Cartográfica	1963	Revista Brasileira de Geografia ano XXV, nº 3
2	A Colônia Pindorama: Uma Modificação na Paisagem Agrária dos Tabuleiros Alagoanos	1963	Revista Brasileira de Geografia ano XXV, nº 4
3	Os Estudos de Redes Urbanas no Brasil	1967	Revista Brasileira de Geografia, ano XXIX, nº 4
4	Princípios de Centralidade	1969	Curso de férias para professores de geografia do ensino médio
5	Circulação Intermunicipal de Ônibus e Sistemas de Localidade Centrais	1976	Revista Boletim Geográfico 246
6	O Sistema Urbano Brasileiro: Uma Análise Através dos Fluxos Aéreos de Passageiros	1977	Revista Brasileira de Geografia, ano XXXIX, nº 3
7	A Periferia Urbana	1986	Revista Geosul, ano 1, nº 2
8	Região e Organização Espacial	1986	Livro - São Paulo, Editora Ática S.A. Série Princípios
9	Algumas Reflexões Gerais sobre a Gestão do Território	1989	Geografia, Poder y Planificación. II Encuentro de Geografos da America Latina, Montevideo
10	Concentração Bancária e Centros de Gestão do Território: O Caso do Brasil	1989	Geografia, Poder y Planificación. II Encuentro de Geografos da America Latina, Montevideo
11	O Espaço Metropolitano e sua Dinâmica	1994	Anuário do Instituto de Geociências, UFRJ, 17
12	Globalização e Reestruturação da Rede Urbana - Uma Nota sobre as Pequenas Cidades	1999	Revista Território, 6
13	Uma Sistematização Da Análise De Monumentos Na Geografia	2007	Revista Terra Plural, 1(1)
14	Parques Temáticos – Uma Forma Simbólica Do Capitalismo Avançado	2010	Cap. 4 Livro - Org. R. L. Corrêa e Z. Rosendahl. Rio de Janeiro, EDUERJ

Com relação a metodologia utilizada, traduz-se na forma de pesquisa bibliográfica com base nos textos do quadro 1. Com a leitura desses pode-se compreender e delimitar a trajetória do autor no terreno da história da geografia. A pesquisa bibliográfica tem por finalidade aplicar o pesquisador no contato, de forma direta ou indireta, com tudo aquilo que foi escrito acerca de determinado assunto com o objetivo de analisar e ampliar o leque de informações pertinentes, no nosso caso, o pensamento geográfico de Roberto Lobato Corrêa.

Essa pesquisa bibliográfica deu-se primeiramente na forma de identificar cada escola do pensamento geográfico para embasar o conteúdo do autor em questão. Posteriormente identificou-se os tipos de arquivos a ser analisados (livros, artigos, capítulos de livros, etc) a partir do site pessoal do autor (<https://sites.google.com/site/robertolobatocorrea>). A grande maioria desses foi obtida em acervos na internet ou em livros¹. (Com relação aos materiais trabalhados foi realizado um fichamento destes, considerando a particularidade de cada texto.)

O próximo passo deu-se na forma de reconhecer o que era realmente válido e correlacionar esses itens com a proposta em si, através da especificidade dos temas que no caso são essas escolas geográficas, temáticas, conceitos entre outros. Por isso foram selecionados os conceitos geográficos em cada obra, sua relação com o método referente a cada corrente do pensamento, e também, técnicas utilizadas pelo autor (mapas, gráficos, tabelas etc), municiando a base à linha teórico-metodológico.

1

Convém frisar que a maioria dos textos aqui trabalhados encontram-se disponíveis na internet e foram obtidos de forma gratuita, principalmente os artigos do autor pertencentes a revistas e jornais.

3 - AS CORRENTES DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

Nessa seção será discutido brevemente as características fundamentais das chamadas correntes do pensamento geográfico, assim como os principais autores, obras, conceitos-chave e teorias, delimitando assim o caminho percorrido pelo geógrafo Roberto Lobato Corrêa. Também será dado destaque ao contexto brasileiro nos momentos de transição entre essas correntes.

3.1 – Geografia Clássica: Método Indutivo

É notório informar que o pensar dessa ciência geográfica que conhecemos atualmente é advindo de tempos muito remotos, tendo início a partir da Grécia Antiga, dada a necessidade de tais povos gentílicos acerca do conhecimento do espaço a sua volta. A própria origem do termo “geografia” tem aqui engendrado suas raízes; “geo” significa Terra e “graphos” significa escrever, portanto, “escrever sobre a Terra” com a finalidade de descrição e análise de fenômenos físicos, biológicos e humanos que ocorrem na superfície terrestre. Há arquivos de mapas muito antigos encontrados entre os esquimós, astecas, egípcios e babilônicos com conteúdo “geográfico” (FERREIRA e SIMÕES, 1993); contudo foram os gregos que se destacaram como os pioneiros a registrar de forma sistemática tais conhecimentos ligados a área, especialmente na cartografia, representando uma ferramenta essencial nessa arte de representação do mundo.

O objetivo crucial desses estudos viria a se traduzir na expansão do comércio e no domínio, ou seja: o conhecimento geográfico era imprescindível para a tal vivência. O autor da obra *Geographia* (oito volumes), Ptolomeu, concebe uma relação íntima entre geografia e espaço - no primeiro volume com princípios de construção de globos e detalhes de mapas, e no último indica os princípios da geografia matemática e da cartografia, sendo estes baseados em informações anteriores e quadros já existentes. Essa obra ainda continha um mapa do mundo e vinte seis mapas pormenorizados, constituindo o primeiro atlas mundial (VIEIRA, 2001, apud FERREIRA E SIMÕES, 1993).



Figura 02: O mapa-múndi de Ptolomeu

Fonte: RIBEIRO JR., W.A. *O mapa-múndi de Ptolomeu*. Portal Grecia Antiqua, São Carlos. Disponível em www.greciantiga.org/img/index.asp?num=0026

No tempo em questão o que se observava, no entanto com relação a esse conhecimento, diz respeito às diversas acepções que esses estudos traziam consigo, posto que cada pensador em questão tinha uma diferente perspectiva de estudo nessa área. Tales e Anaximandro, por exemplo, englobavam um conteúdo associado com a medição do espaço e a discussão da forma da terra.

Afirmo que a Ásia difere mais da Europa no que concerne às naturezas de todas as coisas que brotam da terra e dos homens. Pois na Ásia, tudo é muito mais belo e maior; essa região é mais dócil e os caracteres dos homens mais amenos e mais afáveis. A causa disso é a mistura das estações, porque (a Ásia) fica em meio aos levantes do Sol, voltada para a aurora, e mais além do frio. E ela apresenta crescimento e docilidade maior em todas as coisas, quando nada for predominante pela violência, mas a igualdade exercer seu poder sobre tudo. [...] Quanto aos homens, é normal que eles sejam bem nutridos e de excelente aspecto físico, maiores na estatura e menos diferentes entre si, tanto em relação ao aspecto físico e à estatura. É normal que essa região esteja muito próxima da primavera, conforme a natureza e a moderação das estações. A virilidade, a vivacidade, o gosto pelo esforço e o caráter resolutivo não seria possível que estivessem contidos em tal natureza (CAIRUS, 2005, p.12).

A vasta contribuição dos gregos pode ser considerada talvez como a de maior relevância nesse âmbito, destacando-se especialmente a medição do espaço, a discussão da forma da Terra e a descrição espacial, com esse leque informativo-descritivo atrelado a uma estratégia de caracterização e exploração de novos territórios e ampliação de rotas comerciais - abarca a descrição de lugares, povos e costumes, a elaboração de variados mapas, o estudo de dadas razões de determinadas distribuições espaciais; além disso constitui-se como base fundamental das viagens no período das grandes navegações, e permanece na modernidade como fundamento para importantes nomes da geografia como

Vidal de La Blache, Humboldt, Kant etc. e para uma vasta parte da nossa cultura ocidental.

O estabelecimento desse saber como ciência e o posterior início dessa Geografia Clássica deu-se realmente a partir da obra de dois autores: Alexander Von Humboldt e Karl Ritter, no século XIX, como nos cita Moraes (2002).

Humboldt e Ritter são, sem dúvida, os pensadores que dão o impulso inicial à sistematização geográfica, são eles que fornecem os primeiros delineamentos claros do domínio dessa disciplina em sua acepção moderna, que elaboram as primeiras tentativas de lhe definir o objeto (MORAES, 2002, p.15).

Humboldt contribuiu de forma acentuada para os estudos geográficos através de suas expedições ao redor do mundo no final no século XVIII e início do século XIX. Seus principais livros são *Cosmos* e *Quadros da Natureza*, ambos publicados no início do século XIX. Considerava a geografia como uma epítome de todos os conhecimentos alusivos à Terra, cabendo a essa disciplina buscar coerência entre os elementos do meio. Possuía uma visão abrangente com relação a paisagem, associando elementos da natureza e da ação antrópica. Segundo Horacio Capel (2004):

Em relação ao método comparativo usado por Humboldt, cabe destacar somente que o usou de forma abundante e que alguns consideram que é precisamente este uso de comparações universais sua contribuição mais importante. Humboldt comparava, de fato, sistematicamente as paisagens do setor que estudava com outras partes da Terra. Assim, por exemplo, comparava as planícies do Orinoco com os Pampas, os desertos do velho continente e os da América, o altiplano do México e o da península Ibérica, as montanhas da Europa e do novo mundo (CAPEL, 2004, p.14).

Dito de outro modo, ele buscou não apenas decifrar os fenômenos naturais; procurou fazer compreender como os homens percebiam e concebiam a natureza.



Figura 03: Alexander Von Humboldt

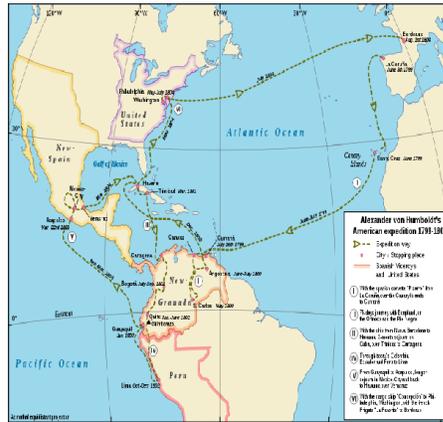


Figura 04: Expedições de Humboldt início séc. XIX

Fonte: <http://anotherstage2.blogspot.com.br/2013/05/alexander-von-humboldt-founder-of.html>

Karl Ritter também teve significativa importância nesse horizonte geográfico, porém com uma perspectiva distinta de conteúdo. Em suas obras irá elaborar uma visão antropocêntrica do mundo, com a superfície terrestre retratando um palco onde se desenvolvem as atividades praticadas pelo ser humano. O ponto central estudado por Ritter dispõe sobre as relações entre a área terrestre e as atividades humanas. Para ele, nenhum elemento pode ser considerado único de forma indissociável às relações internas e externas para com o ambiente.

A proposta de Ritter é por estas razões, antropocêntricas (o homem é o sujeito da natureza), regional (aponta para o estudo de individualidades), valorizando a relação homem - natureza. Em termos de método, Ritter vai reforçar a análise empírica – para ele, é necessário caminhar de “observação em observação” (MORAES, 2001, p. 63).

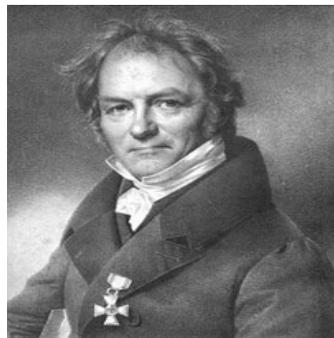


Figura 05: Karl Ritter

Fonte: <http://www.roebuckclasses.com/people/thinkers/ritter.htm>

Assim, alicerçado nas ideias de Humboldt e Ritter irá surgir essa primeira vertente da geografia denominada geografia Clássica, iniciando-se como dito anteriormente na

Alemanha, e sendo difundida futuramente em outros países, especialmente no território francês. E essa geografia Tradicional era constituída por várias dicotomias, tais como a geografia Física, Humana, Regional e Geral, com cada uma dessas possuindo um objeto de estudo diferenciado: a primeira tratava do estudo do cenário natural do planeta; à geografia Humana caberia analisar e compreender o resultado das ações humanas no espaço. A geografia Geral estudava os fenômenos e sua distribuição na superfície da Terra; e por último a geografia Regional estudava as regiões ao redor do mundo, e sua interação de fatores para a produção daquele espaço e sua diferenciação para com os outros lugares. Postula-se assim que não havia uma clareza quanto ao objeto de estudo geográfico.

Outro personagem de importância notória na conjuntura nacional é o francês Paul Vidal de La Blache. Seu principal expoente concernente à geografia é a doutrina do possibilismo. Essa corrente denota que a natureza não determina o modo como vivemos, mas sim nos fornece suporte e/ou possibilita mecanismos de explorar, melhorar e dominar o ambiente em que estamos situados, visando atender aos nossos interesses. A partir daí, tornou-se claro que o homem passou a ser o principal agente geográfico do meio, pois sem o mesmo não haveria o denominado “espaço social”.

O meio, complexo de condições variadas de clima, solo, associações vegetais, posição, situação, relevo, actua sobre os grupos humanos; estes respondem, reagindo, adaptando-se activamente a essas condições, determinando-se por uma ou várias das possibilidades que o meio oferece. [...] Mas nesses casos, como o agente que determina essa variação é este ou aquele grupo humano, temos de reconhecer que, para além das chamadas imposições tirânicas do meio, forçoso é considerar a possibilidade da resposta do homem no sentido de as modificar, de lhes diminuir a acuidade (LA BLACHE, 1954, p.5).

Para Andrade (1987, p.15) “os geógrafos franceses tratavam a Geografia da paisagem, considerada uma ciência de síntese. Davam grande importância à visualização da mesma, tanto em seus aspectos físicos como nas marcas nela deixadas pela ação do homem”, ou seja, uma geografia para conhecer e descrever os lugares relacionando os aspectos humanos e físicos ao longo do tempo.

Nas obras do autor francês constata-se também a presença de dois conceitos muito importantes discutidos nessa disciplina, que são a região e o gênero de vida: o primeiro pode ser entendido como um lugar no espaço que relaciona-se com outros espaços

(principalmente); o segundo pode ser definido a partir da ideia que a região constitui um meio vivo para o desenvolvimento da sociedade dada pelos recursos naturais ali existentes. E a maneira como se traduzia as ações dessa vivência naquele local constituiria então esse gênero de vida. Segundo Andrade (1987, p.71) para Paul Vidal de La Blache “o gênero de vida seria o conjunto articulado de atividades que, cristalizadas pela influência do costume, expressam as formas de adaptação, ou seja, a resposta dos grupos humanos aos desafios do meio geográfico”.

Com relação ao contexto nacional, o Brasil veio a sofrer influência a partir das ideias de La Blache e a escola francesa regional. A partir daí acarretou-se a criação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) - fundada por Pierre Deffontaines, em São Paulo, em 1934, no mesmo ano em que se iniciavam os cursos de Geografia e História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP). A história da instituição AGB está intrinsecamente relacionada à história do pensamento geográfico brasileiro: não há como falar desse pensamento sem citá-la. Trata-se de um órgão que visa promover o conhecimento científico a partir da troca de ideias entre seus associados em reuniões que ocorrem regularmente na Associação, nos fóruns de discussão e nos demais grupos de estudo. Seu caráter lhe concede um aspecto de entidade civil sem fins lucrativos, constituída por geógrafos, professores e estudantes de geografia com o intuito de aperfeiçoar-se no campo desse debate, debatendo o desenvolvimento de alternativas de promoção do bem-estar social. Nesse sentido, a AGB tem procurado reunir todos aqueles que entendem ser a geografia uma das dimensões essenciais do destino do homem na superfície da Terra. Resumindo: essa influência Lablacheana foi, sem sombra de dúvidas, imprescindível nesse quesito para com a geografia no país.

Dessa forma, a geografia Clássica calcada no método indutivo e nas descrições das paisagens forneceu a ciência um caráter de síntese e de conhecimento das diferentes regiões do mundo ainda pouco exploradas. Entretanto, essa descrição sem teorias que dessem suporte a análises mais profundas foi duramente criticada por geógrafos pragmáticos, que entendiam que a ciência deveria se basear em teorias gerais e comprovadas estatisticamente (rigor teórico-metodológico). Por isso que, ao final da

década de 1950 irão surgir os primeiros trabalhos de tendência quantitativa na geografia, indicando um novo cenário que iniciava-se nessa ciência geográfica.

3.2 – Geografia Quantitativa – Método hipotético-dedutivo

Surgida no quadro pós a Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945), a geografia Quantitativa e/ou Teorética e/ou Nova Geografia (MANLEY, 1966) acaba por renovar a proposta geográfica vigente naquele momento e romper com os paradigmas tradicionais. E o momento histórico foi o cenário perfeito para a consolidação nessa direção, devido a situação socioeconômica do mundo pós-guerra. Pode-se enunciar que aquele contexto de destruição foi visto como obstáculo a ser superado, daí a decorrente formulação para suplantar a crise.

Denomina-se Geografia “Teorética e Quantitativa” ou Geografia “Neopositivista” a corrente que começou a se formar logo após a Segunda Guerra Mundial [...] Esta escola se caracterizou pelo emprego maciço das técnicas matemático-estatísticas na geografia, provocando uma verdadeira revolução no seio dessa ciência [...] (CAMARGO & REIS JÚNIOR, 2007, p.83).

Esta geografia irá designar um novo molde de revolução dessa ciência, eclodindo com base na emergente escola anglo-saxônica, já que nesses países é visível sua evolução de forma mais acelerada. Uma das referências dessa nova escola irá ocorrer em 1963, com Ian Burton, que escreve um artigo denominado “*The Quantitative Revolution and Theoretical Geography*”, inferindo sobre uma verdadeira inovação no modo de pensar que estava ocorrendo no domínio da geografia. Pessoa (2008) apud Burton (1977, p.73): “a revolução teve um objetivo diferente. Foi inspirada por uma necessidade genuína de tornar a geografia mais científica e por uma preocupação em desenvolver um corpo de teoria”.

Influenciada pelo neopositivismo, essa nova vertente do pensamento agrega conteúdo matemático nos estudos geográficos na busca de algo mais preciso. Assim, as principais características desse novo paradigma são: o uso expressivo de técnicas matemáticas e estatísticas, grande parte do conhecimento apoiado com base no método hipotético-dedutivo, uso de modelos espaciais (traduzindo uma importante ferramenta para a representação do espaço e sua linha de funcionamento), vasta utilização de

tecnologias computacionais e caráter neutro e imparcial do pesquisador perante seu objeto de estudo.

Com relação às diferenças da Nova geografia para com a geografia Clássica podem-se estabelecer algumas: na geografia Clássica não havia essa dedução com relação aos fatos, e sim apenas o fator descritivo dos elementos; a habilidade de fazer previsões a respeito do território faz-se presente, criando um elo de conexão entre o passado e o futuro, fator esse inexistente na ótica de conhecimento anterior. “O trabalho do geógrafo deve ser capaz de prever e determinar o futuro dos elementos na organização do espaço e agrega-los de modo eficiente para tornar mais apto esse para com as necessidades humanas”. O método dedutivo que surge como teoria geral é quem direcionará o estudo. A descrição “imprecisa” dará lugar as técnicas estatísticas e cartográficas.

A ausência teórica da geografia anterior também foi duramente criticada por vários geógrafos; por essa razão a Nova geografia buscava estimular o desenvolvimento de teorias de análise e distribuição espacial (localização, centralidade, hierarquia).

Um dos principais autores desse momento é o alemão Walter Christaller. Em sua teoria alcunhada Teoria dos Lugares Centrais, Christaller irá propor um padrão de localidade “ótimo”, visando a maximização dos lucros e a diminuição das despesas, partindo do princípio de fundamentos de urbanização. A seguir temos um modelo do autor em questão:

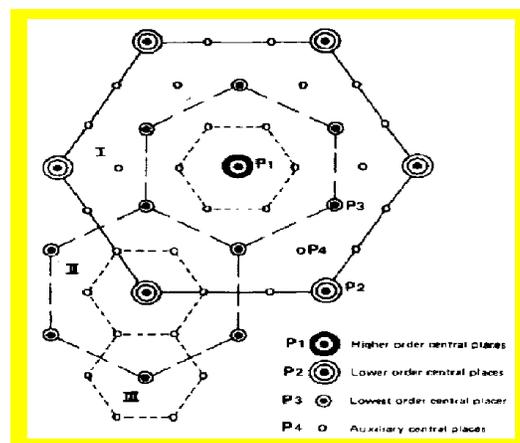


Figura 06: Esquema teórico do modelo de W. Christaller.
Fonte: www.fao.org - disponível em 2008

Na figura 06 temos um exemplo de como funciona esse modelo de Christaller: um lugar central (um centro urbano) fornece um conjunto de bens e serviços a uma determinada área contígua (de influência). Cada um destes lugares centrais é classificado hierarquicamente em função da quantidade de bens e serviços oferecidos a essa região adjacente. Aliado a esses fatores, essa tese considera que as pessoas buscam o lugar central mais próximo para se abastecerem e que os fornecedores devem seguir o princípio básico de maximização do lucro. Assim, os lugares centrais e as respectivas áreas de influência tendem a dispor-se no espaço segundo uma malha hexagonal.

Christaller rompeu com o método tradicional vigente na época, respaldando-se em uma conjuntura dedutiva aliada a uma formulação teórica e inovadora sobre a urbanização. Criticava a abordagem teórica e apontava algumas imprecisões dessa: segundo ele, a condição geográfica natural não poderia explicar o tamanho nem a distribuição das cidades e o uso da matemática-estatística não obteria como resultado uma lei autêntica e sim uma mera probabilidade.

Seguindo a lógica, pode-se alegar que nessa Nova geografia (MANLEY, 1966) a natureza assume um papel diferente metodologicamente, pois essa passou a ser tida como alavanque para o desenvolvimento econômico de um país ou região, sendo dela retirado os elementos produtivos para essa expansão socioeconômica. E esse conceito de região alterou-se de forma significativa: passa a ser definido como um conjunto de lugares onde as diferenças internas entre esses lugares são menores que as existentes entre eles e qualquer elemento de outro conjunto de lugares” (CORRÊA, 2000, p. 27). A diferenciação das regiões também modifica-se, passando a existir diversas categorias de adequação, como as regiões simples ou complexas e regiões funcionais ou homogêneas.

O primeiro considera as regiões simples, ou então complexas. No caso das regiões simples, estamos considerando uma divisão regional de acordo com um único critério ou variável, originando regiões segundo, por exemplo, o nível de renda da população, da criação de bovinos ou de tipos de solos. No segundo caso, levamos em conta muitos critérios ou variáveis (usualmente reduzidas a umas poucas através de uma técnica estatística mais sofisticada, a análise fatorial) [...] O segundo enfoque visa as regiões homogêneas, ou então funcionais. Trata-se de uma visão dicotomizada, que perde aquela característica de integralidade que a região natural e a vidaliana passavam. Cada uma dessas duas regiões pode ser focalizada como simples ou complexa (CORRÊA, 2000, p.17).

A sua definição então passa a possuir um caráter de como ali se aplica a estatística, com a natureza passando a possuir uma feição excepcionalmente atrelada ao modo capitalista de produção.

Com relação ao contexto nacional, devido a essa influência quantitativa, deu-se durante esse tempo a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, conhecido como IBGE. A história desse órgão inicia-se a partir de 1936, com a criação do “Instituto Nacional de Estatística e Cartografia” (INE) que, posteriormente em 1938 é incorporado, juntamente com o “Conselho Brasileiro de Geografia” ao “Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística”. Nos anos 1950, em razão da dinâmica do sistema econômico nacional, as práticas de planejamento urbano eram vistas como forma de organização e compreensão do espaço pelos olhos do governo. Sendo assim, havia uma preocupação com a quantificação dos dados no território brasileiro. De acordo com Faissol (1989):

[...] parece-me necessário destacar o papel inovador que este Departamento de Geografia do IBGE teve no desenvolvimento da geografia brasileira, a começar pela sua própria existência, e pelo que ele se constituiu como a maior massa, em quantidade e em qualidade, de pesquisa geográfica feita no Brasil (FAISSOL, 1989, p.23).

O IBGE, ao estabelecer-se no país, teve dois veículos importantes para difusão do pensamento quantitativo da época: a Revista Brasileira de Geografia e o Boletim Geográfico, ambos publicando artigos de várias áreas, mas sobretudo de pesquisadores vinculados ao órgão compostos por teorias e técnicas quantitativas. Desde então, o IBGE cumpre a sua missão: identifica e analisa o território, calcula a população, desvenda a economia e revela ainda como os brasileiros vivem.

A UNESP de Rio Claro também teve papel relevante na divulgação da geografia Quantitativa no Brasil, onde um grupo de professores liderados até então por Antônio Christofolletti passou a voltar seus estudos baseados nessa perspectiva geográfica. De acordo com o autor:

Em Rio Claro [...] como consequência da tomada de consciência, a 4 de março de 1971 foi fundada a Associação de Geografia Teorética, que vem patrocinando a realização de cursos, conferência e a publicação do Boletim de Geografia Teorética (CHRISTOFOLETTI, 1982, p. 78).

A quantificação e seus resultados juntamente com o pensamento tradicional irão perdurar até a década de 1970, quando passam a ser questionados. Os modelos em de seu fundamento são insuficientes para explicar a verdadeira realidade, encontrando-se afastados do elemento chave, que é o homem. A Nova geografia não se preocupa com a resolução dos problemas sociais, tampouco com a compreensão das relações sociais e espaciais presentes no espaço. Notou-se assim que o uso e abuso dessas técnicas e modelos não dava respostas a todas as questões da época, de modo que a quantificação se tornou o referencial básico das pesquisas, ao contrário de auxiliar o geógrafo na busca do resultado final. A partir desse aparato, essa passou a ser intensamente questionada, originando a geografia Crítica.

3.3 – Geografia Crítica – Método dialético

Após o enfraquecimento da geografia Quantitativa ao final da década de 1970 devido as várias críticas recebidas em função de sua utilidade, essa foi sendo gradativamente substituída por uma escola geográfica inovadora: a geografia Crítica e/ou Social e/ou Marxista e/ou geografia Nova.

Essa proposta geográfica tem início na França em meados da década de 1970, entretanto em alguns outros países, como EUA e Grã-Bretanha, já existia um contexto de geografia semelhante, denominado de “Geografia Radical”, representando um movimento de total ruptura com o paradigma anterior. Havia agregado a essa nova proposta recente uma revitalização metodológica em usá-la a favor dos oprimidos e excluídos da sociedade.

Esse novo conceito de geografia romperá assim com os padrões tradicionais em questão engajando uma proposta de crítica social, política e econômica atuante no espaço. As circunstâncias de seu estabelecimento justificam-se pelo terreno global daquele momento: os movimentos estudantis em maio de 1968 na França, as lutas civis em território estadunidense, os protestos contra a guerra do Vietnã e a eclosão e expansão do movimento feminista e do marxismo. Esse pensamento crítico aproximava-se do pensamento social na busca por um aprimoramento dos direitos sociais, tais como o acesso à saúde, uma boa educação, moradia e combate a pobreza e fome. Pregava

também uma mudança de postura correlacionada para com o ensino da geografia nas escolas, estabelecendo uma educação que estimulasse a inteligência e o espírito crítico; inclusive foram criados alguns veículos de publicação para difundir essa linha pensamento, como a Revista Antípode e a Revista Hérodote na figura 07:



Figura 07: Capa da Revista Hérodote.

Fonte: <http://www.geocritica.com.br/imagens/foto-herodote.jpg> - edição número 2 da revista francesa *Hérodote - Revue de géographie et de géopolitique*

Na figura 07 pode-se perceber uma sala de aula com os mais ilustres alunos, que são na verdade pensadores famosos relacionados ao tema. No quadro-negro encontra-se um mapa. A intenção da crítica é trazer a tona essa nova direção de aprendizado da disciplina, que significa uma renovação de ideias a partir de uma nova perspectiva de análise do espaço.

Nessa época irão surgir dois autores nos quais seus expoentes de ideias serão de suma importância para esses estudos. São eles o francês Yves Lacoste e o inglês David Harvey.

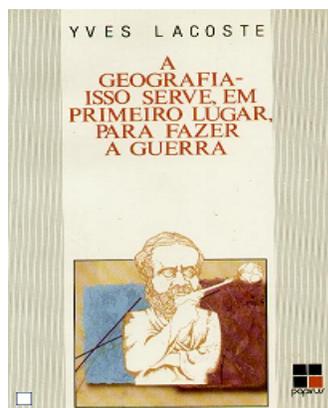


Figura 08: Livro de Yves Lacoste: expoente da geografia Crítica

Fonte: <http://geografiamb2.files.wordpress.com/2009/03/geo.jpg>

Em sua obra publicada no ano de 1973, “A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra”, Lacoste - este livro é considerado um clássico da chamada

geografia crítica e culminou em um verdadeiro choque intelectual naquele período, tendo inúmeras edições ou reedições e sendo também traduzido para os mais diversos idiomas – discorre basicamente sobre o título da obra, ao afirmar que a “verdadeira geografia” é a geopolítica, e que essa sempre serviu voltada notadamente para fazer a guerra e/ou para fins estratégicos.

Hoje, mais do que nunca, a geografia serve, antes de tudo, para fazer a guerra [...] a elaboração de novos métodos de guerra implica numa análise bem precisa das combinações geográficas, das relações entre os homens e as "condições naturais" que se trata justamente de destruir ou modificar para tornar tal região imprópria à vida, ou para encetar um genocídio. A guerra do Vietnã forneceu numerosas provas de que a geografia serve para fazer a guerra de maneira a mais global, a mais total (LACOSTE, 1989, p.12).

Ainda de acordo com Lacoste, o mesmo explica sobre a existência de 2 tipos de geografia, como pode ser visto a seguir:

A geografia dos professores funciona, até certo ponto, como uma tela de fumaça que permite dissimular, aos olhos de todos, a eficácia das estratégias políticas, militares, mas também estratégias, econômicas e sociais que uma outra geografia permite a alguns elaborar. A diferença fundamental entre a geografia dos estados-maiores e a dos professores não consiste na gama dos elementos do conhecimento que elas utilizam. A primeira recorre, hoje como outrora, aos resultados das pesquisas científicas feitas pelos universitários, quer se trate de pesquisa 'desinteressadas' ou da dita geografia 'aplicada', os oficiais enumeram os mesmos tipos de rubricas que se balbuciam nas classes: relevo - clima - vegetação - rios - população..., mas com a diferença fundamental de que eles sabem muito bem para que podem servir esses elementos do conhecimento, enquanto os alunos e seus professores não fazem qualquer ideia (LACOSTE, 1989, p.15).

Outro escritor de grande legado nessa geografia Social é o britânico David Harvey. Surgido na década de 1960, publicou um livro que obteve sucesso entre os quantitativos: “Explanation in Geography” (Londres, 1969), no qual examinou toda a contribuição científica referente em particular a modelos e teorias dos sistemas e seu impacto em geografia. Crítico ferrenho do modo capitalista de produção e adepto da ideologia marxista, um de seus livros mais recentes irá abordar a temática da crise que assolou o mercado imobiliário dos EUA, por exemplo, buscando as possíveis causas e consequências do mesmo como pode ser visto a seguir:

Então, o que orienta a trajetória geográfica dos desdobramentos das crises e como os impactos locais e as respostas políticas locais se relacionam com as dinâmicas globais? Existe, em suma, uma teoria de desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo para a qual podemos apelar para nos ajudar a compreender a complexa dinâmica geográfica da acumulação de capital e

assim contextualizar como essa crise se desenrolou em particular? (HARVEY, 2011, p.119).

Como dito outrora, outra peculiaridade acerca dessa geografia Nova é a sua conexão com o pensamento de Karl Marx, como cita Ruy Moreira:

Três categorias gerais têm em comum o marxismo e a geografia numa perspectiva ontológica: a natureza, o trabalho e o homem [...] Trata-se menos de se fazer de Marx um geógrafo que fazer da geografia uma forma de olhar pelos olhos de um referencial marxista, mas com as formas e características de olhar própria. O olhar do marxismo emprestaria o foco (MOREIRA, 2004, p.23).

Assim, de acordo com esse alicerce marxista, a tarefa da geografia e do geógrafo é estender o uso desse marxismo, associando-o conectado à questão das relações do capitalismo com o espaço. Até mesmo o conceito de região passa a possuir conotação diferenciada. Parafraseando Corrêa, a região passa a significar uma parte integrante de um processo geral globalizado, porém em um quadro territorial menor, onde se combinam o aspecto geral, o modo dominante de produção capitalista e o modo privado aliado às determinações já efetivadas, que são o elemento de diferenciação. Por conseguinte, essa região será analisada como um produto da divisão territorial do trabalho. Além disso, passa-se a compreender que a existência dos países ricos dá-se em detrimento de países pobres, sustentado por esses inclusive. Com todo esse arsenal crítico intelectual o que ocorrerá então será uma ruptura com os preceitos positivistas da ciência e a geografia assumirá um papel de uma ciência voltada a denunciar e combater as contradições, injustiças e desigualdades sociais, englobando um caráter revolucionário.

No Brasil, o ápice da geografia Crítica ocorrerá em 1978, na cidade de Fortaleza, durante o III ENG (Encontro Nacional de Geógrafos), evento pertinente a AGB. Durante esse período, a geografia nacional foi bombardeada pelas mais diversas obras, como aquelas escritas por Harvey, Lefebvre e Lacoste. O livro “Por uma Geografia Nova: da crítica a Geografia a uma Geografia Crítica” (SANTOS, 1978) foi lançado nesse encontro inclusive. Despontava-se o pensamento de cunho crítico no país. Foi a partir desse livro de Milton Santos que a geografia elevou-se a um nível de questionamento e debate superiores, dada sua inserção a partir dali em questões políticas e sociais vigentes na época. A incorporação de professores e estudantes dentro dessa entidade, a ascensão de movimentos sociais e a força dos movimentos estudantis também foram imprescindíveis

para tal renovação: compõem o prelúdio de uma metodologia renovada, com novas ideias de caráter crítico, ocasionando uma “epidemia” de eventos, publicações, fóruns, palestras e afins. Em outras palavras, a década de 1970 e 1980 vem a alterar significativamente a aparência da geografia dentro do espaço brasileiro.

Destaca-se a influência de Milton Santos em uma geração de geógrafos, inclusive o próprio Roberto Lobato Corrêa, onde na década de 1980 escreveu alguns artigos e livros sobre tal influência do materialismo histórico, a ênfase do espaço social e a produção do espaço.

Com o parágrafo anterior, fica claro que o maior expoente dessa vertente crítica é Milton Santos. Considerado por muitos como o maior pensador da história da geografia nacional e um dos maiores do globo, sua obra caracteriza-se por apresentar um posicionamento crítico ao sistema capitalista e a teoria dominante na ciência geográfica de seu tempo. De acordo com sua concepção, o mundo tornou-se um palco para atender às necessidades da nova maneira de produzir, discutindo a região tendo como embasamento a perspectiva marxista. Segundo Santos, “as regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam” (SANTOS, 1996. p.197).

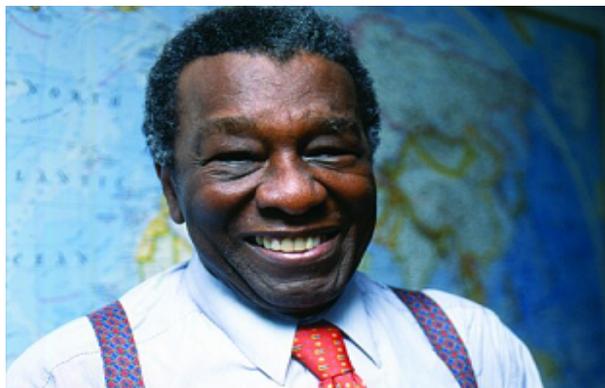


Figura 09: Milton Santos (1926 - 2001)

Fonte: <http://www.ufsba.ufba.br/sites/ufsba.ufba.br/files/miltontosantos.jpg>

Estas reflexões de uma nova visão dicotômica lançaram um novo olhar para a região como categoria de análise geográfica. Por Santos, entende-se que a distinção entre lugares seria provocada pelos eventos da globalização, como as formas de produção

espacial e aceleração dos tempos atuais, acarretando em regiões que alteram-se velozmente.

A noção de espaço geográfico também é de relevância expressiva nas palavras de Santos. Surge uma nova definição nesse horizonte:

O espaço geográfico é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente [...] o espaço que, para o processo produtivo, une os homens, é o espaço que, por esse mesmo processo produtivo, os separa (SANTOS, 1997, p.51).

Por fim, outro tema abordado na obra de Milton Santos é alusivo ao fenômeno da globalização. É possível pensar na realização de um mundo de bem-estar, onde os homens serão mais felizes, uma globalização utópica?

Não cabe, todavia, perder a esperança, porque os progressos técnicos [...] bastariam para produzir muito mais alimentos do que a população atual necessita e, aplicados à medicina, reduziriam drasticamente as doenças e a mortalidade. Um mundo solidário produzirá muitos empregos, ampliando um intercâmbio pacífico entre os povos e eliminando a belicosidade do processo competitivo, que todos os dias reduz a mão-de-obra [...] um outro tipo de globalização (SANTOS, 2002, p.80).

Encerra-se assim o capítulo com uma postulação acerca do tema considerado fundamental sobre esse - “Nos dias atuais não existe uma geografia crítica, existem geografias críticas”. O que virá a seguir é a última vertente dentre as escolas.

3.4 – Geografia Humanista – Método da Percepção

A última escola de pensamento geográfico diz respeito à geografia Humanista e/ou geografia Humanística e/ou geografia Cultural. Surgida durante a década de 1960 em um momento de renovação cultural, trata das experiências de pessoas e grupos relacionando-as ao espaço, com o propósito de entendimento dos seus padrões de valores e comportamentos, buscando os elementos humanos mais particulares e inserindo-os na análise da relação do homem com dado lugar, abrangendo temas como valores, crenças, atitudes, religiões e símbolos. A experiência do indivíduo torna-se assim o componente vital para essa geografia Humanista, ponderado que cada um, grupo ou indivíduo, tem uma determinada atitude naquele espaço vivido. Daí a derivação de seu nome: o caráter

humano dessa relação homem-meio. A passagem abaixo nos evidencia o que vem a ser essa nova tendência emergente.

Nesse sentido, a Geografia Humanista procura um entendimento do mundo humano através do estudo das relações das pessoas com a natureza, de seu comportamento geográfico bem como dos seus sentimentos e ideias a respeito do espaço e do lugar (TUAN, 1982, p. 143).

O pioneiro dessa disciplina é o autor da passagem anterior, o chinês Yi-Fu Tuan. Em suas obras, Tuan irá elaborar algumas formulações muito importantes nessa área - topofilia por exemplo, definido como o “elo afetivo entre a pessoa e o espaço físico”. O conceito de lugar, especialmente aqui na geografia Humanista, tomará um destaque maior que nas outras perspectivas, passando a significar aquele espaço onde a pessoa sente-se integrada; ela faz parte daquele espaço e esse constituiu-se como parte essencial do indivíduo. De acordo com Tuan, o lugar está agregado ao cotidiano dos seres humanos, caracterizando o espaço vivido.

[...] nós conhecemos o mundo através da sensação (sentimento), percepção e concepção [...] A importância do "lugar" para a geografia cultural e humanista é, ou deveria ser, óbvia. [...] Na tradição humanista os lugares tem sido estudados a partir de perspectivas históricas e literário-artística (TUAN, 1983, p.388-389).

Por conseguinte, a humanização geográfica passa a valorizar certos componentes (espaço, região e lugar) num panorama focado nos sentimentos que o indivíduo tem por dado espaço, a geografia irá tratar, então, dos aspectos imateriais que estão inseridos no espaço. Essa empatia se torna peça fundamental na construção do ser, moldando-o e transformando-o no decorrer dos tempos. Tuan (1983, p.6) afirma que “o espaço transforma-se em lugar a medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor [...] transforma-se em lugar a medida que adquire definição e significado” ; fator decorrente da experiência vivida do indivíduo como forma de assimilar a realidade.



Figura 10: Yi-Fu Tuan

Fonte: <http://renatoamadopeixoto.blogspot.com.br/2012/06/o-passeio-de-yi-fu-tuan.html>

A utilização do método da percepção na geografia torna-se clara desse modo: o lugar é explicado pela experiência sensorial dos seus habitantes. Para cada indivíduo há um modo uno de enxergar o universo, expressado através de suas atitudes e valores para com o mundo. Valoriza-se a peculiaridade dos espaços, visto que com a expansão tecnológica, a mundialização e o consumismo, tudo tende a se tornar idêntico em todas as localidades: os mesmos tipos de prédios e construções, produtos alimentares, símbolos; isso representa um processo de universalização, descaracterização de um espaço. Edward Relph trabalha muito acerca desse tema. Relph (1979, p.19) afirma que “lugar significa muito mais que o sentido geográfico de localização. Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas a tipos de experiência e envolvimento com o mundo”.

Edward Relph, geógrafo canadense e um dos mais conceituados dessa ciência, é considerado o precursor da noção de fenomenologia incluída nesse debate. Remete a experiência, já aqui tão citada, e é traduzida no ambiente através do comportamento do ser. Segundo Buttimer (1982, p.170), a fenomenologia pode ser definida como “um modo filosófico de reflexão a respeito da experiência consciente e uma tentativa para explicar isso em termos de significado e significância”. A fenomenologia, no domínio geográfico cultural, representa uma partilha de experiências adquiridas ao longo da vida: convida o indivíduo, baseado nas suas experimentações, a buscar alcunhas comuns na experiência alheia, essas aliadas na busca da compreensão do espaço, a partir de fenômenos analisados tais como comportamento, religião, cultura e costumes, lugar e topofilia, que devem primeiro ser vividos para a posterior compreensão de como eles realmente são.

A tarefa do humanista então seria a de interpretar a vivência do ser humano traduzida nos símbolos e elementos da paisagem, conectado com os sentimentos do mesmo para com esses lugares. Oliveira (2001, p. 23) diz que essa vertente geográfica “trouxe novas luzes e abriu novas possibilidades para a compreensão de se encontrar as respostas para a construção de valores e atitudes para se enfrentar os novos desafios que se instalam a cada momento”.

No Brasil, o início da geografia Cultural veio a ocorrer a partir da década de 1990, com a criação do NEPEC (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura) em 1993 no Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Trata-se de um grupo voltado para a produção e divulgação dessa geografia no território nacional. A cada dois anos, desde 1998, são produzidos simpósios sobre espaço e cultura no país promovidos por esse órgão, abrangendo os mais diversos temas do cotidiano, dos costumes, das práticas religiosas e artísticas dos diferentes grupos sociais e como se dá a contribuição desses para com o lugar em que se manifestam.

Em 1995, esse NEPEC lançou uma revista denominada Espaço e Cultura, com textos voltados na maioria das vezes para assuntos como religião e espaço, simbolismo e cultura popular. Essa revista torna-se ferramenta importantíssima na expansão desse saber humanista, pois é exclusiva desse caráter humanista no país: dispõe de artigos e textos traduzidos de outras línguas (Carl Sauer, Cosgrove, Duncan, Gallais) e artigos de grandes expoentes humanistas, como Roberto Lobato Corrêa, Rogério Haesbaert, Monteiro, Almeida e a coordenadora do mesmo, Zeny Rosendahl. O NEPEC promove debates, seminários, encontros científicos, cursos de extensão e realização de publicações.

Outro aspecto fundamental do NEPEC é o resgate e o fortalecimento da historicidade e da cultura nacional em movimentos como festas populares e a religiosidade já dita acima.

Cachoeira Paulista apresenta funções e características das hierópolis ou cidades-santuário, onde, porém, as práticas religiosas de cada peregrino, no caso de Cachoeira Paulista, se diferenciam das práticas tradicionais de visita aos santuários tradicionais. Uma característica de Cachoeira Paulista é a sua organização espacial uma vez que é possível encontrar, anexo ao lugar de atividade religiosa, um comércio de bens simbólicos e religiosos (OLIVEIRA, 2011, p.38).

Após esse capítulo, conclui-se que o estudo da realidade brasileira expresso pelo NEPEC e pela revista Espaço e Cultura tem um foco claramente identificado com a dimensão cultural do espaço, enfatizando que os estudos humanistas vem ganhando força na geografia brasileira. A preocupação em entender esse espaço vivido, juntamente com o estudo de símbolos e identidades tem despertado muita curiosidade, e vários artigos vem sendo produzidos com esse temática. Inserirlos em um conceito geográfico seria algo impensável alguns anos atrás, entretanto com o florescer da geografia Humanista em terras nacionais essa prática está se tornando comum, colaborando de forma basilar para a ampliação do conhecimento.

4 - A GEOGRAFIA NO PENSAMENTO DE ROBERTO LOBATO CORRÊA

4.1 - OS ESTUDOS NA DÉCADA DE 1960

Analisando o primeiro artigo em questão “**Regime de exploração de terra no Nordeste, uma tentativa de expressão cartográfica**” (1963a) pode-se compreender de algum modo como irá traduzir-se essa escola geográfica em questão na obra. O texto enfoca o tema do sistema de terras no nordeste brasileiro, baseado na relação entre os proprietários dessa e os que nela trabalham. As propriedades então serão subdivididas em regiões, com cada uma dessas expressando um determinado modelo produtivo e uma estrutura fundiária com base no que essa a terra pode oferecer em questão de recursos. Cada lugar apresenta suas particularidades, tanto no sistema de exploração que é realizado quanto a produção e a estrutura fundiária do local. A seguir temos dois trechos do mesmo:

Acompanhando o litoral nordestino em toda sua extensão há uma faixa formada por sedimentos arenosos de praias, que ora formam estreita fimbria, ora formam longas faixas. Aliado a este fato edáfico, impróprio para outras culturas, e ao clima de estações alternadas, instalou-se a cultura de coco, gerando uma paisagem característica que antecede a zona canavieira ou a zona dos tabuleiros. Também em alguns tabuleiros esta cultura encontra condições favoráveis nos solos arenoso e formaram-se trechos com cocais (CORRÊA, 1963a, p.56).

[...] a cana-de-acúcar, o cacau e o côco são os principais produtos, cada um em sua área ocupando sozinhos a terra. Estas culturas necessitam de elevados capitais e de muita mão-de-obra, fazendo com que grande parte da população rural viva submetida a salários pagos pelo senhor da terra.[...] A presença daquelas culturas agrestinas ou de brejo, café e algodão modifica toda a estrutura agrária (CORRÊA, 1963a, p. 56).

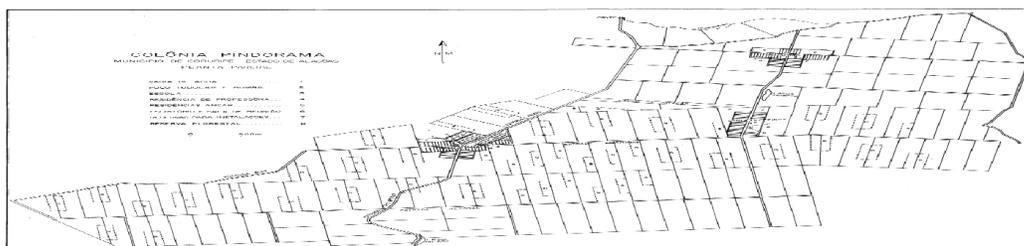
O artigo apresenta características marcantes da Geografia Clássica, onde o autor descreve com riqueza de detalhes os aspectos físicos aliando com a paisagem cultural, relacionando assim o modo de vida da população para com o meio.

O segundo artigo aqui trabalhado “**A colônia Pindorama: uma modificação na paisagem agrária dos tabuleiros alagoanos**” (1963b) traz de maneira irrefutável outras características pertinentes ao autor e da escola concernente. Esse texto aborda a questão da Colônia Pindorama no nordeste brasileiro retratando o contraste na paisagem desse

²espaço acarretado em particular pelas ações humanas na área. Pretende-se inferir a junção entre o que o fator colonial produziu na área, conectado com o fator local da mesma, ou seja, a diferenciação dessa paisagem modificada pelo ser humano para com o meio inalterado. A presença de um vazio demográfico no sudeste alagoano é devido o solo pouco fértil, entretanto o homem encontra-se ali em uma área a partir dos investimentos de uma Companhia Progresso Rural, que funciona como uma colônia cooperativa em torno dos tabuleiros. Assim, o uso de técnicas adequadas e a organização do espaço será diferenciado de região para região, com o elemento humano exercendo papel fundamental para que isso ocorra. Assim, essa colonização foi o fator fundamental para a modificação da estrutura agrária do lugar, alterando também os aspectos demográficos da área(crescimento vegetativo e aumento do núcleo populacional).

Deve-se assim analisar e compreender a relação entre o que o fator colonial proporcionou à na área e o fator regional procurando ver as modificações produzidas já que essas diferenças no modelo descritivo aparecem de forma clara. Vejamos um trecho e um mapa da Colônia Pindorama para exemplificar melhor que pode ser visto na figura 11:

A primeira diferenciação da paisagem agrária diz respeito ao fato de que a Colônia primordialmente ocupa o tabuleiro, ocupação esta que se refere às lavouras, como as instalações administrativas e às casas dos colonos. Ao contrário da região circundante, é no tabuleiro que se sente a presença da ação do homem, dando à paisagem a sua marca construtiva, em substituição à vegetação de tabuleiro que antes ocupava o espaço. [...] [...] Outra característica do tipo de povoamento é que, os colonos que vivem em habitat aglomerado dispõem de dois lotes, um de residência e outro agrícola, este nunca distante de mais de dois quilômetros daquele (CORRÊA, 1963b, p. 72).



² Figura 11: Colônia Pindorama no município de Coruripe – Alagoas

Fonte: A Colônia Pindorama: Uma Modificação na Paisagem Agrária dos Tabuleiros Alagoanos. Revista Brasileira de Geografia, ano XXV, nº 4, 1963 p. 73

² Disponível em: <https://sites.google.com/site/robertolobatorcorrea/publicacoes>; Acesso em dez. 2013.

Como pode ser evidenciado nos trechos de Corrêa (1963a, 1963b) as características da geografia Clássica surgem de forma explícita a partir dos mais diversos aspectos: o uso da linguagem descritiva como modelo básico, expressões como região, paisagem, *habitat rural* denotando peculiaridades espaciais tradicionais, uso de uma cartografia simples (croqui) e aplicação do método indutivo.

Percebe-se que o procedimento metodológico traduz-se através do trabalho empírico e da competência descritiva, resultando numa vertente na qual ao se estudar uma região, procurava-se englobar à aquela porção do espaço uma visão totalizadora do mundo, um dos fundamentos da geografia Regional, que é uma subdivisão da escola geográfica Clássica.

Região e paisagem são os conceitos mais relevantes para essa escola e estão presentes de forma clara nas obras, a partir da identificação de um lugar em si, tanto para o meio natural quanto o social. Isso dá-se de forma correlacionada especialmente pelo método em questão que é adotado, no caso em si tratando-se do método descritivo-indutivo como dito anteriormente, no qual ao observar as tais paisagens, você pode diferenciá-las de acordo com suas especificidades. Cada lugar específico desses denomina uma região, e essa pode ou não manter relações com outra. A região irá se caracterizar como um palco de ações para o ser humano aliado ao meio natural. Corrêa apresentou elementos que o inserem dentro da geografia Clássica, mesmo estando no Conselho Nacional de Geografia (CNG), e posteriormente IBGE. Ele não usou somente da estatística em suas pesquisas: tentou comparar e descrever os aspectos naturais e os aspectos humanos contidos na paisagem.

O terceiro texto trabalhado **“Os estudos de rêdes urbanas no Brasil” (1967)** vem a seguir. Vejamos um trecho do mesmo:

No ápice da organização urbana encontra-se a metrópole regional, cidade dotada de certa autonomia [...] Abaixo da metrópole regional situam-se alguns centros intermediários que comandam sub-regiões, e que transmitem os impulsos que a metrópole envia para os centros locais e elementares que estabelecem diretamente a ligação entre o mundo rural e as cidades maiores (CORRÊA, 1967, p. 93).

Nesse texto há a presença marcante de outra escola geográfica, a Quantitativa. Irá abordar a questão de como se dá a presença de redes urbanas em todo o território brasileiro, comparando-as não inseridas somente em um contexto nacional, mas sim global/mundial. A cidade, segundo as ideias do autor, mantém relações com um quadro regional, e sua influência na região constitui um organismo diferenciado. E a distribuição dos serviços dentro daquele espaço dependerá dessa hierarquia, pois estes serviços dependem exclusivamente da população que ali será atendida, havendo diversos estágios de elaboração – uma inexistência de rede na Amazônia, uma rede mal estruturada em Salvador, outra rede melhor elaborada em Recife e São Paulo como grande polo nacional integrante.

Assim, ao lado da inexistência de rede urbana na Amazônia, encontramos uma rede mal estruturada e em desagregação na área de influência de Salvador. Devido à maior força de Recife, já se verifica um estágio mais adiantado de elaboração da rede urbana, e para não citar todos os exemplos, encontramos uma rede urbana comandada por São Paulo, onde se distingue uma estrutura funcional mais evoluída (CORRÊA, 1967, p. 94).

Essas redes urbanas são formadas por metrópoles regionais e sub-centros, todos integrados a uma rede global; porém em países sul-americanos evidencia-se apenas esboços de redes urbanas (Lima, Salvador). Ou seja, dependem expressivamente do desenvolvimento do país ou até mesmo do continente.

As regiões teriam um papel descentralizador pela sua auto-suficiência em serviços [...] As sub-regiões proporcionarão a seus habitantes todos os equipamentos necessários periodicamente, sendo elas uma "comunidade completa". Abaixo desses dois escalões viriam as comunidades supra-locais e as comunidades locais, que, como as primeiras, serão apoiadas em focos de atração, os bairros rurais, os centros das antigas "colônias", as vilas, as pequenas cidades, as cidades médias (centros de sub-região) e as cidades médias grandes (centros de região) (CORRÊA, 1967, p. 108).

No trecho acima o autor se utiliza dos modelos espaciais, característica marcante dessa escola, para explicar como funcionam e articulam-se as redes no país. Há uma cidade maior, um polo, que comanda uma rede que pode ou não estar bem distribuída. Vejamos o trecho abaixo sobre a metrópole paulista:

Seis centros destacam-se dos demais: Campinas, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Araçatuba e Presidente Prudente, cidades servidas por mais de 150 ônibus diários, dos quais mais de 80% destinavam-se a centros urbanos menores. [...] Certas diferenças espaciais da organização paulista são evidenciadas através do maior ou menos número de ligações interurbanas, pela

presença ou não das diversas categorias definidas de centros e pela densidade de cidades. Assim o sul do Estado com escassas ligações interurbanas e poucas cidades, difere profundamente do vale do Paraíba, em cujo eixo alinham-se numerosas cidades cujas interligações e a penetração de São Paulo são expressivos (CORRÊA, 1967, p. 110).

O próximo texto estudado “**Princípios de Centralidade**” (1970) corrobora as idéias acerca da escola da época e reforça o pensamento do autor com base nos modelos e postulados do alemão Walter Christaller. O texto explica como se dá a localização de pessoas e bens/serviços, estabelecendo relação entre esses no espaço urbano. A seguir uma característica com relação ao modelo hipotético-dedutivo:

Christaller imagina uma região plana, uniforme, com as mesmas condições topográficas e de solo, e com uma distribuição uniforme da população, que apresenta o mesmo nível de consumo, perfazendo sempre uma densidade rural de 60 hab./Km². Nessa região homogênea as localidades centrais estarão distribuídas uniformemente em pontos equidistantes, cada uma tendo uma área de distribuição de bens e serviços (área de mercado) de forma hexagonal. Assim, a homogeneidade da região, verificar-se-ia aparentemente uma homogeneidade de localização e de tipos de cidades (CORRÊA, 1970, p. 126).

É devido a diferenciação dos espaços urbanos e o que esses tem a oferecer para a população que segundo o autor, essa hierarquia gera uma denominada "área de influência". Veja no exemplo:

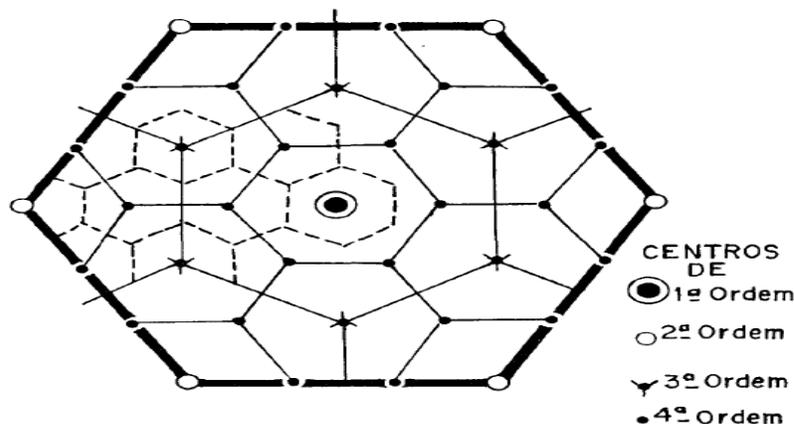


Figura 12: Esquema de hierarquia das cidade de W. Christaller

Fonte: Princípios de Centralidade, in Curso para Professores de Geografia, Instituto Brasileiro de Geografia, 1970 p. 135

Nota-se um conjunto hierarquizado de cidades e de áreas de influência, com uma característica espacial marcada por um conjunto de hexágonos equitativamente

distribuídos. Assim, de acordo com esses modelos, especificamente nesse caso, a função primordial de uma cidade é ser um posto central que abastece uma área adjacente, com sua centralidade abrangendo a taxa de bens e serviços ali existentes. Assim, o contexto nacional será retratado de forma explícita, e buscar-se-á uma explicação para o fenômeno das redes urbanas aqui em nosso país.

Ora, no Brasil aparecem duas metrópoles nacionais, São Paulo e Rio de Janeiro, esta dualidade devendo-se a uma mudança gradativa do centro da economia nacional do Rio de Janeiro [...] para São Paulo [...] Mas a função metropolitana de caráter do Rio de Janeiro se mantém: distribuição de serviços de interesse nacional e mesmo de produtos industriais (CORRÊA, 1970, p. 138).

Assim, para concluir esse capítulo baseado nas obras do autor entre 1961-1970, afirma-se de forma incontestável que Roberto Lobato Corrêa bebeu da fonte sumária clássica geográfica no início da década referida, com os textos trazendo um resgate das ideias de Humboldt e Ritter, engajando um foco meramente descritivo acerca da paisagem em volta. Os trechos dos textos citados do anos de 1963 só comprovam o fato, que vai se alterar significativamente em 1967: a falta de teorias explícitas anteriormente passa a ser inexistente, e sob o paradigma da geografia Quantitativa há essa preocupação com as teses acerca da distribuição e ordenação dos fenômenos espaciais, principalmente as de cunho econômico (Walter Christaller) por exemplo. E o uso dessas teorias produziu o alavanque crucial para o uso de modelos, elemento marcante nas obras do autor, com esses representando a peça-chave para o funcionamento e compreensão do funcionamento das estruturas dos sistemas urbanos que terão continuidade na década de 1970.

4.2 - A GEOGRAFIA NO PENSAMENTO DE ROBERTO LOBATO CORRÊA: OS ESTUDOS NA DÉCADA DE 1970

O artigo “**Circulação Intermunicipal de Ônibus e Sistemas de Localidade Centrais**” (1975) também trata da questão dos modelos urbanos - os ônibus irão delimitar uma rede de transportes formada na sua maioria por consumidores que se deslocam entre as cidades na busca de bens e serviços, ocorrendo assim a existência do centro dotado de centralidade e uma área de influência.

O ponto fundamental desse texto traduz-se nos estudos de cidades próximas a algumas das maiores metrópoles nacionais (nesse trabalho o caso específico do Rio de Janeiro) e na identificação e definição dos níveis de hierarquia ali presentes e áreas de influência correlacionada com a taxa populacional; isso tudo apoiado nos pilares do método hipotético-dedutivo, já que o resultado obtido depende da hipótese lançada e da aplicação do método escolhido (foi utilizado para esse estudo o denominado Método de *Green-Carruthers* que se baseia nas circulações interurbanas para reconhecer a localidade que realmente exerce o poder central capaz de produzir, distribuir e financiar os bens e serviços).

O sistema considerado foi o sistema urbano fluminense [...] Tais cidades são, em realidade, subúrbios da cidade do Rio de Janeiro. Apresentam elas elevado volume de viagens interurbanas, a grande maioria das quais ligando-as à cidade do Rio de Janeiro. Em consequência, apresentam pequeno ou nulo percentual de viagens para centros menores, não tendo, portanto, centralidade (CORRÊA, 1975, p. 19).

A seguir vemos uma tabela com esses números do estado do Rio de Janeiro para uma melhor compreensão do assunto:

Centros Urbanos	População Servida	Número de Viagens Diárias de Ônibus
1 — Rio de Janeiro	9.062.594	574
2 — Niterói	1.365.449	490
3 — Campos	640.051	114
4 — Barra Mansa	547.411	220
5 — Petrópolis	275.888	222
6 — Nova Friburgo	192.508	134
7 — Itaperuna	183.485	74
8 — Barra do Pirai	173.317	252
9 — Itacaré	106.475	58
10 — Três Rios	89.963	60
11 — São Fidélis	81.814	26
12 — Teresópolis	73.128	78
13 — Cabo Frio	72.236	110
14 — Resende	67.154	54
15 — Itaboraí	65.851	150
16 — Angra dos Reis	56.449	30
17 — Itaguaí	55.860	116
18 — São João da Barra	55.640	10
19 — Valença	55.590	84
20 — Miracema	52.307	28

Figura 13: Centros urbanos fluminenses, população atendida e nº de viagens diárias.
 Fonte: Circulação Intermunicipal de Ônibus e Sistemas de Localidade Centrais. Boletim Geográfico 246, 1975 – p. 19 - Co-Autor

A análise do texto aliada a figura 14 indicam que trata-se novamente da escola geográfica Quantitativa, comprovada pelo modelo estudado de localidade (novamente o de Walter Christaller) e a preocupação do autor em empregar os resultados obtidos em prol do planejamento e do desenvolvimento econômico. O uso de expressões matemáticas e de modelos urbanos denotam conhecimentos concernentes de cunho quantitativo.

A partir do resultado da equação $Y = -683 + 163 \log X$, calculou-se o desvio que cada centro urbano apresentava em relação aos valores esperados de acordo com a equação acima. Tal análise visa a verificar que centros apresentam maior volume de viagens do que se espera, constituindo-se em desvios positivos, e que centros apresentam menor volume de viagens do que se espera, constituindo-se em desvios negativos (CORRÊA, 1975, p. 20).

O próximo trabalho, desenvolvido pelo autor no setor de Geografia Humana do Departamento e Geografia do IGEO da UFRJ – **“O Sistema Urbano Brasileiro: Uma Análise Através dos Fluxos Aéreos de Passageiros” (1977)** trata da questão de como os meios de transporte tem contribuído para a formação dos sistemas urbanos e seus fluxos; no entanto, o texto inova com uma proposta metodológica de análise dos transportes aéreos, improvável para aquele ano.

A metodologia utilizada neste trabalho, para análise do sistema urbano brasileiro através dos fluxos aéreos de passageiros, foi desenvolvida em três etapas. A primeira constitui-se na análise da hierarquia do sistema urbano. [...] O segundo passo constituiu-se no processo de definição [...] através do volume dos fluxos dos passageiros. [...] A terceira etapa compreendeu a análise da interação dos centros urbanos componentes do sistemas através dos fluxos aéreos. Para isto calculou-se o valor médio das ligações entre os pares de cidades, somando-se os fluxos de ida e volta entre cada par de cidades e dividindo-se por dois. [...] Com estes resultados elaborou-se um mapa representativo da intensidade das interações entre os pares de cidades (CORRÊA, 1977, p. 95-96).

Temos um mapa abaixo que pode explicar melhor sobre o assunto:

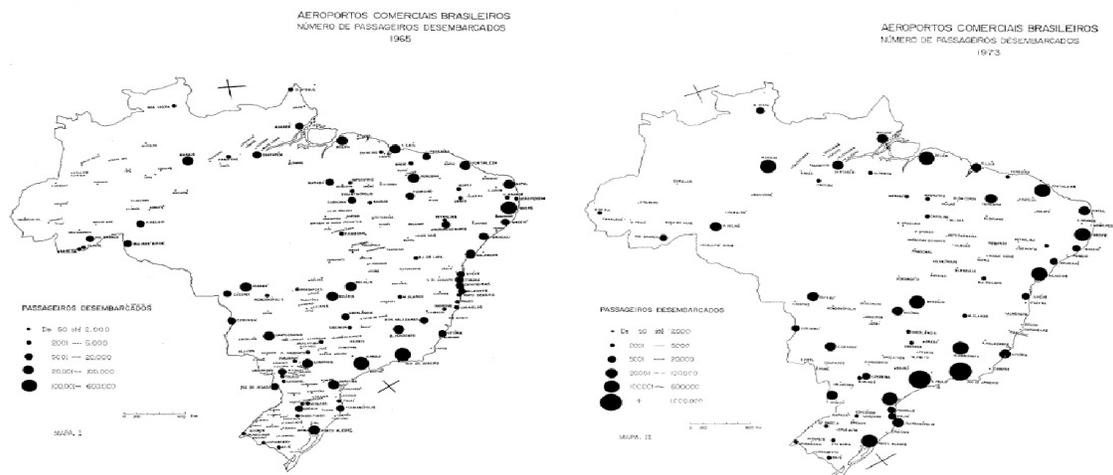


Figura 14: Comparação do nº de passageiros desembarcados em 1965 e 1973
 Fonte: O Sistema Urbano Brasileiro: Uma Análise Através dos Fluxos Aéreos de Passageiros. Revista Brasileira de Geografia, ano XXXIX, nº 3, 1977 p. 96-97 - CO-AUTOR

Corrêa (1977) utiliza parâmetros estatísticos baseados no setor de serviços para evidenciar os pontos centrais do transporte aéreo brasileiro, idéia condizente a teoria de Christaller. Assim, os estudos permanecem na linha do planejamento e organização do espaço.

Como conclusão do pensamento de Roberto Lobato Corrêa, na década de 1970, já há totalidade de suas obras com enfoque na Escola Quantitativa (importante refutar que o geógrafo na época pertencia ao quadro do IBGE). O uso de modelos e teorias, a abordagem hipotética e dedutiva (propondo hipóteses e previsões relacionadas principalmente para com o fenômeno da urbanização), o uso expressivo do conceito de “organização do espaço” conectado com o espaço urbano.

A ausência de teorias na escola anterior é substituída por uma inundação de ideias e propostas renovadoras de uso e ocupação das formas espaciais, especialmente as teorias de cunho econômico como as de Walter Christaller, objetivando o chamado “uso ótimo” do solo, maximizando lucros, planejamento e diminuindo custos e propondo a explicação de fatores do ambiente urbano (redes e áreas). As técnicas estatísticas e computacionais, veiculadas agora nessa abordagem do padrão da distribuição de espacialidades, passaram a ser vistas como ferramentas cruciais para o geógrafo. A descrição, característica básica da geografia Clássica, desaparece nesta nova corrente de pensamento, não sendo aproveitado para acrescentar às técnicas quantitativas.

Talvez essa tenha sido a maior crítica que a geografia Teorética sofreu, pois se passou a criticar a “mecanização” nesse processo, alegando que essas técnicas não se constituíam em algo realmente geográfico. Conclui-se assim a geografia de Corrêa entre 1971 e 1980.

4.3 - A GEOGRAFIA NO PENSAMENTO DE ROBERTO LOBATO CORRÊA: OS ESTUDOS NA DÉCADA DE 1980

O primeiro artigo da década de 1980 “**A Periferia Urbana**”(1986) irá expôr a questão da periferia com base em diversos autores (Von Thünen, Lenin), aliada com a

metodologia de inserção dessa em um contexto urbano, agregada a elementos tais como sua historicidade e relação com os fenômenos da urbanização.

Em relação à proposta de Von Thünen, elaborada na primeira metade do século XIX, a periferia rural-urbana não aparece em seu modelo sobre o uso agrícola da terra.[...] Em Lenin o tema em pauta já aparece em seu "O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia", escrito em 1899. Lenin comenta a respeito do processo de transformação do campesinato em função do capitalismo [...] (CORRÊA, 1986, p. 71).

Nessa nova "fase" do autor na década de 1980, começam a surgir alguns elementos antes inexistentes em suas obras. A começar pela citação de Lenin acima, um dos grandes expoentes da ideologia socialista russa. Assim, pode-se dizer que inicia-se uma nova vertente dos pensamentos do autor, e este começa a usufruir da fonte do pensar da geografia Crítica. Vejamos no trecho que se segue abaixo:

A periferia urbana tem sido objeto de práticas territoriais das classes dominantes. Práticas que se traduzem em práticas complementares em relação às outras partes do território nacional. Estas práticas na periferia urbana estão inseridas, de um lado, no processo de acumulação de capital, seja através da incorporação e produção imobiliária, seja através da extração de uma renda fundiária, seja através da utilização de terrenos baratos para implantação industrial e de serviços diversos. De outro insere-se no processo de controle social através da reprodução segregada de diferentes classes sociais e suas frações. Ambos os aspectos, acumulação e reprodução, são interdependentes (CORRÊA, 1986, p. 73).

É marcante nessa passagem a conexão com o pensamento de valor social que o autor admite no artigo. O pensamento marxista fica claro, com a utilização de termos criados pelo próprio Marx, como por exemplo a acumulação de capital e as classes dominantes. O texto irá trabalhar também a questão de que não existe apenas a periferia, mas sim várias periferias; uma se distingue das outras. E essas coexistem para que as práticas capitalistas se reproduzam naquele espaço, ou seja, essas existem em detrimento de outros espaços mais e melhores desenvolvidos.

Esta diferencialidade da periferia, que se verifica em quase todas as cidades capitalistas, não é só um reflexo de práticas já efetivadas, como constitui-se em excelente condição para que essas práticas sejam reproduzidas no presente e no futuro próximo, reproduzindo ampliadamente a diferencialidade da periferia (CORRÊA, 1986, p. 73).

Outro aspecto que merece destaque no artigo trabalhado é o papel do Estado. Nesse texto, diferente de outros anteriores, atrela-se a esse Estado a alcunha de capitalista, que se importa mais com as classes mais favorecidas do que com as classes

subalternas. Contrasta-se a paisagem das classes mais abastardas com a paisagem do chamado "povão". Para finalizar, Corrêa irá explicar o significado dessas periferias e porque esses espaços são diferentes dos outros, tomando uma cidade média por exemplo:

O que significa estas periferias? Que implicações elas tem? Cada uma representa um meio de reprodução dos grupos sociais que ali vão habitar. Espera-se assim que na periferia popular o filho do biscateiro seja biscateiro também, e a filha da empregada doméstica também siga a ocupação da sua mãe [...] Mas não é só isso. As diferenças marcantes de condições de vida vão traduzir-se em uma consciência das desigualdades sócio-espaciais. Esta consciência emerge através do conhecimento adquirido de todo o espaço urbano a partir da jornada para o trabalho, viagens para compras e visitas, e dos meios de comunicação (CORRÊA, 1986, p. 76).

Corrêa (1986) diferencia-se de boa parte dos geógrafos críticos no que diz respeito ao conhecimento geográfico produzido anteriormente, pois faz uma análise da periferia urbana a partir de duas teorias divergentes: Von Thunen, baseado em princípios teóricos e econômicos; e Lenin, baseado em princípios sociais e históricos.

“Algumas Reflexões Gerais sobre a Gestão do Território” (1989a) e Concentração Bancária e Centros de Gestão do Território: O Caso do Brasil (1989b) foram os próximos artigos trabalhados.

O primeiro texto possui um âmbito focalizado na questão da gestão territorial. Como se dá essa gestão no espaço, quem são os agentes do poder, por que ela ocorre? Talvez essas sejam as questões primordiais que o autor irá analisar no texto. Um trecho a seguir:

Vejamos agora a nossa hipótese. A gestão do território tem por finalidade, nas sociedades de classes, manter, e mesmo ampliar, as diferenças. Esta diferenciação é simultaneamente de natureza social e espacial. [...] Nesta passagem verifica-se simultaneamente o aparecimento das classes sociais, do Estado, da cidade e de um território fortemente controlado pela cidade, a cidade-Estado (CORRÊA, 1989a p. 2).

Outro ponto abordado nesse texto refere-se a historicidade da relação da população residente de um local e sua relação específica para com o suporte do mesmo, no caso o solo. De acordo com Corrêa, toda gestão territorial passa a se traduzir em uma gestão de diferenças, devido os interesses de cada indivíduo ou grupo no que vem a ser a produção daquele espaço.

A gestão do território visa garantir e mesmo a criar diferenciações de áreas, ou seja, condições de produção e reprodução diferenciadas no espaço para que o processo de Acumulação capitalista continue a se verificar, ao mesmo tempo que se assegura uma reprodução dos diferentes grupos sociais. É assim uma gestão das diferenças territoriais. Estas diferenças sócio-espaciais são como que necessárias e inevitáveis no capitalismo (CORRÊA, 1989a, p.3).

Uma das características expressivas desse pequeno trecho é o conceito de território comumente empregado. Seu uso é marcante na geografia Crítica e grande maioria dos autores atuais utiliza esse conceito para tratar das relações entre espaço e poder, englobando ainda a ideia de que não somente o Estado seja o único agente que exerce poder; há outras hegemonias presentes, especialmente a das grandes corporações.

O segundo texto **“Concentração Bancária e Centros de Gestão do Território: O Caso do Brasil” (1989b)** utiliza do mesmo tema do artigo anterior e procura estudar também a gestão territorial, todavia essa inserida em um contexto do que Corrêa denomina de geografia dos bancos, analisada em um espaço urbano a partir da década de 1960.

Na fase atual do capitalismo a gestão do território deriva em grande parte dos interesses das grandes corporações, entre elas aquelas do setor financeiro. De fato, o processo de criação, apropriação e circulação do valor excedente passa pela atividade financeira, cuja magnitude, tanto em termos monetários como espaciais, é uma medida do grau de desenvolvimento das atividades capitalistas (CORRÊA, 1989b, p.2).

As passagens acima evidenciam e caracterizam o pensamento geográfico-crítico de Roberto Lobato Corrêa. Território, antes elemento pouco inserido nas escolas de pensamento anteriores, passa a denotar valor expressivo na conceituação do espaço, conectado também a um método dialético-materialista; representa um palco de conflitos e contradições sociais. Santos (2009) refere-se ao espaço geográfico, afirmando que este produzido social e historicamente e reproduzido através do trabalho e demais atividades do homem, revelando, ainda, as contradições e desigualdades sociais. O espaço, é assim, uma mescla entre o meio natural e a técnica, com múltiplas relações que se caracterizam através dos objetos(formas) e ações(conteúdos) pelo transcorrer do tempo

Esses dois conceitos aliados ao método dialético unem-se com elementos como o estudo das relações capitalistas no espaço e suas consequências, um Estado burguês e a periferia em detrimento de um espaço urbano que atenda aos interesses da burguesia são

os maiores indícios que o autor usufrui da fonte de pensamentos de Marx e Engels; assim, pode-se enquadrar as obras do autor na década de 1980, de acordo com o trabalho realizado, na escola Crítica. O método dialético, baseado nas controvérsias quando se analisa o espaço urbano, é explicitado de maneira muito peculiar nessa década. Procura-se objetivar um estudo dos elementos urbanos partindo-se primeiramente, como no primeiro texto, de que a periferia urbana é decorrente das ações capitalistas espaço-temporais, e de um forte materialismo histórico, pois segundo o autor, o capitalismo é quem gera as consequências de uma ação espacial que a segregação ocorre por meros interesses daqueles que controlam e geram o espaço, ou seja as classes dominantes. Assim, vê-se essa década como talvez uma crítica a esse modelo vigente, e tenta-se partir do pressuposto crítico-social, uma ciência “voltada para as classes mais desfavorecidas”. Seria isso possível, uma reformulação ideológica? Ou apenas uma utopia?

4.4 - A GEOGRAFIA NO PENSAMENTO DE ROBERTO LOBATO CORRÊA: OS ESTUDOS NA DÉCADA DE 1990

O primeiro artigo, “**O espaço metropolitano e sua dinâmica**” (1994), apresenta alguns elementos comumente associados à questão desse espaço no território brasileiro, e suas transformações. Uma metrópole como São Paulo ou Rio de Janeiro, por exemplo, será diferenciada de outras metrópoles nacionais, como Belo Horizonte ou Salvador. Assim, o tamanho das cidades, e seu "sítio metropolitano", ditos pelo próprio autor se darão de forma heterogênea no país. Um aspecto interessante que é trabalhado no texto é a questão do princípio da segregação espacial, no caso específico a que ocorre na cidade do Rio de Janeiro:

Na cidade do Rio de Janeiro, a partir da segunda metade do século XIX, a população de status mais elevado inicia o processo de abandono dos bairros centrais, deslocando-se predominantemente para a Zona Sul. Interesses fundiários e de outras frações do capital, que contavam com a atuação do Estado, criaram um amplo setor residencial seletivo em áreas cujos atributos naturais passavam a ser vistos como amenidades (CORRÊA, 1994, p.26).

Essa dinâmica metropolitana, atualmente, é talvez a mais difundida no espaço das cidades. Porém no texto estamos analisando apenas o caso da metrópole carioca; nos dias atuais se tomarmos uma cidade média como exemplo veremos que esse modelo urbanístico também se aplica: a população de renda mais baixa ocupa a periferia, o

subúrbio da cidade, mais distante do centro e conseqüentemente de bens e serviços; já a população mais rica irá ocupar a parte central, inserida em uma maior número de redes, onde há intenso investimento de capital: maior infra-estrutura, presença dos condomínios exclusivos, proximidades de shoppings centers.

Criam-se assim, aparentemente, duas cidades. Uma de opulência, bem-estar e poder, e outra de pobreza e desesperança. Elas, no entanto, são parte integrante da mesma unidade, de uma unidade contraditória cujas contradições se viram agravadas e expressas com maior nitidez nas áreas segregadas dos setores seletivos, de um lado, e das periferias populares, de outro (CORRÊA, 1994, p. 28).

O segundo texto da década de 1990, **“Globalização e Reestruturação da Rede Urbana - Uma Nota sobre as Pequenas Cidades” (1999)** trata da questão de como os processos decorrentes da globalização afetam todo o mundo; e como essa influência do capital gera ações que moldam o território.

A globalização causa vigoroso impacto sobre as esferas econômica, social, política e cultural, mas também, e simultaneamente, sobre a organização espacial que tanto reflete como condiciona aquelas esferas. Em outras palavras, a globalização causa impacto, ainda que desigualmente, sobre as formas, funções e agentes sociais, alterando-os em maior ou menor grau, e no limite, substituindo-os totalmente [...] A rede urbana é afetada pela globalização tanto por intermédio de criações urbanas recentes, em relação às quais o Brasil constitui-se em excelente laboratório para estudos, como da refuncionalização dos centros preexistentes, imposta ou induzida pelas corporações globais (CORRÊA, 1999, p.44).

Assim, no artigo em questão, o autor discute acerca das relações entre a malha urbana brasileira e as corporações de nível global, e os possíveis efeitos dessa globalização nas cidades menores. Segundo Corrêa (1999) os impactos oriundos da globalização sobre o urbano, serão consideradas, de um lado, a *criação* de novos centros e, de outro, as *alterações funcionais* ou de *refuncionalização* dos pequenos centros preexistentes.

A distribuição espacial das atividades engendradas pela globalização obedece a uma combinação que envolve, de um lado, a uma lógica própria às corporações, que não exclui a natureza da atividade a ser implantada, e, de outro, as possibilidades de cada lugar, que incluem as suas heranças e a ação empreendedora de grupos locais. As pequenas cidades, criadas em um contexto socioespacial pré-globalização, devem se adaptar às novas demandas externamente formuladas [...] Tais questionamentos devem privilegiar os processos, agentes e formas resultantes, por meio dos quais os processos ligados à globalização concretizam-se em cada pequeno centro, reconfigurando-o ou criando-o (CORRÊA 1999, p. 51).

Partindo dessa visão de Corrêa, e dos artigos estudados na década referente, percebe-se uma tendência demonstrada, de certa forma um pouco implícita, que alguns problemas sócio-espaciais derivam-se pela intrínseca conexão do capitalismo com sua penetração na economia brasileira. Assim, a geografia Crítica, nesse caso, funcionaria com o propósito de elaborar uma crítica a esse padrão. É válido corroborar, todavia, que o autor em nenhum momento propõe a transformação radical da sociedade (isto é, a superação do capitalismo) como resposta ao modelo vigente. O papel do Estado, monopolista por sinal, corresponde por assegurar a acumulação de capital aliado aos interesses de dominação da burguesia. Outro fundamento elementar estabelecido através de suas obras é a incorporação do marxismo, espinha-dorsal da geografia Crítica e notável nesses textos, já que esse marxismo exerceu domínio expressivo no desenvolvimento da geografia Crítica em si, dado que grande parte dos autores, não só Corrêa, foi direta e indiretamente influenciada por teorias e ideologias características de caráter marxista.

Em suma, conclui-se que essa tendência, apesar de algumas críticas sofridas, trouxe contribuições vitais para a geografia; com seu auge em um período de grande instabilidade mundial, talvez daí decorra essa veia crítica de fato. No entanto, a importância de sua visão permanece de forma fortemente atualmente, apenas é baseada em novas perspectivas. O debate da geografia Crítica ainda persiste, pois a sua trajetória é rica e constitui base primordial para os estudos do espaço geográfico dos mais variados autores.

4.5 - A GEOGRAFIA NO PENSAMENTO DE ROBERTO LOBATO CORRÊA: OS ESTUDOS NA DÉCADA DE 2000

A ascensão da geografia cultural vem a ocorrer na década de 1980, assentada em um conhecimento que fosse capaz de ponderar a economia com os olhos focados na dimensão cultural do território.

O texto **“Uma sistematização da análise de monumentos na Geografia” (2007)** trata das questões envolvendo a presença de elementos simbólicos inseridos no espaço público das cidades e municípios. Esses monumentos, expressivos no contexto urbano, carregam consigo uma gama espacial-temporal que merece destaque e se compreende

como toda uma base da geografia Humanista: através de um símbolo, de acordo com o autor, pode-se compreender essas relações complexas entre identidade, poder e espaço.

Formas simbólicas grandiosas como estátuas, obeliscos, colunas, memoriais e templos, os monumentos são representações materiais de eventos passados. Integram o meio ambiente construído, compondo de modo marcante a paisagem de determinados espaços públicos da cidade (CORRÊA 2007 p. 9).

A geografia Humanista assim buscaria uma compreensão desses eventos na superfície do mundo real, ressaltando aqueles aspectos já abordados, tais como a afeição, os sentimentos e os valores daquele espaço. De acordo com Capel (1981, p.443), a geografia Humanista trata da “dimensão subjetiva e da experiência pessoal, realizada pela geografia da percepção e do comportamento”.

O que pode ser inferido a partir desses símbolos ultrapassa apenas sua forma física: compreende a relação de diversos produtos resultantes das formas de vida ali presentes. Vejamos um trecho a seguir para exemplificar melhor:

[...] Assim, erigiu-se o Memorial da Coragem que, em tese, homenageava o povo usbeque pela luta para reconstruir a cidade. O referido monumento, contudo, enfatiza, por meio de alegorias, a força da URSS e a contribuição de cada uma das repúblicas soviéticas na reconstrução da capital usbeque em 1974 foi construída a estátua de Lenin, a maior em toda a União Soviética, cujo topo situa-se a uma altura equivalente à de um prédio de 10 andares (CORRÊA 2007, p.13).

No caso acima, em meados da década setentista e ápice da Guerra Fria, o monumento representava a pura essência do que se passava no mundo. Mais do que isso: consistia na representação fidedigna de poder no embate entre as duas potências globais vigentes na época. Aquela imagem não poderia ser separada de seu contexto hegemônico, que caracterizava-se como o real plano de fundo da mesma. E isso é componente essencial que fomenta a geografia Cultural: as representações da sociedade no espaço-tempo, e o conhecimento do mundo sendo passado adiante. Esse artigo, pertencente das ideias humanísticas de Corrêa, engloba também de forma interessante as questões da interpretação humana e procura esclarecer o papel de alguns símbolos da paisagem culturalizada nos espaços e lugares. Assim, o que ocorre é que as experiências humanas, e suas aspirações, são assim traduzidas na paisagem, com um valor temporal-simbólico que está sempre em renovação.

“Economia, Cultura e Espaço” (2010), o último livro trabalhado, abrange toda a temática cultural, através da observação de símbolos e outros elementos afins. Assim cabe aqui uma discussão acerca dessa obra, que integra a geografia econômica permeada por uma visão de perspectiva cultural na observação do espaço em que vivemos e seus frutos. Procura-se integrar a cultura anexada no interior desse movimento capitalista de reprodução espaço-tempo. “A cultura constitui-se em ingrediente importante do cada vez mais complexo ciclo de reprodução do capital” (CORRÊA, 2010, p.10).

“Parques temáticos – uma forma simbólica do capitalismo avançado” (2010), irá corroborar uma relação densa entre os aspectos acima estabelecidos: a noção da inserção do elemento cultural em uma temática capitalista, os parques temáticos da Disneyland e do Walt Disney World no caso. Assim, a análise deve partir não apenas por parte da funcionalidade do parque, mas sim do que ele representa, especialmente com relação aos seus valores.

Os parques temáticos constituem formas simbólicas espaciais modernas, criadas após a Segunda Guerra Mundial. Juntamente com os *shopping centers*, não são meras representações materiais visando transmitir mensagens associadas a poder, identidade e à continuidade de valores. Estátuas, obeliscos, templos e memoriais, entre outras formas simbólicas espaciais, não estão vinculadas à esfera do mercado, apresentando, assim, valores simbólicos. Os parques temáticos e shopping centers, ao contrário, além de irradiarem mensagens como os monumentos citados acima [...] constituem unidades econômicas de capital a serem amplamente reproduzidos. São, assim, mercadorias, dotados de valores de uso e troca (CORRÊA, 2010. p. 99).

Enfatizando a passagem acima, pode-se aplicar seu conteúdo de forma interessante na Escola Cultural: a relação da identidade de um lugar no espaço ao qual esse se encontra; há realmente uma relação de afeição para com o lugar? No caso desses parques o autor utiliza de uma ideologia interessante, de uma veia moderadamente crítica, englobando a temática de função capitalista implantada em um contexto de cunho vêementemente cultural.

O conceito de território, cunhado na geografia Clássica pelas ideias de Ratzel, talvez aqui possa ser retomado de forma diferenciada: esse território, defronte o capitalismo contemporâneo, assume outra dimensão a partir das esferas políticas, econômicas e sociais; representa agora uma relação simbólica para com o espaço

geográfico, constitui-se em um produto histórico a partir de uma conexão de poder sob os olhares de uma ótica produtivista.

Um parque temático constitui-se em lugar impregnado de representações, podendo assim, ser considerado uma forma simbólica espacial. De suas inúmeras representações, foram selecionadas duas [...] São as representações vinculadas ao trabalho e ao tempo. Ambas estão relacionadas entre si e incorporam o sentidos dos parques temáticos considerados, que foram concebidos como lugares de escapismo, nos quais o trabalho assalariado e o presente são ocultados, criando-se a mágica do entretenimento temporalmente descolado (CORRÊA 2010. p. 106).

Infere-se desse texto assim que a geografia Cultural está no mesmo domínio que outras geografias, como a econômica e a política. Suas ideias não podem ser dissociadas de um âmbito econômico ou político: a cultura está presente em todos os lugares e/ou elementos. Essa abordagem cultural é dotada de princípios de tom econômico, como pôde ser evidenciado na leitura dos artigos da década correspondente. “O uso do termo cultura deve ser crítico. Para alguns, a dinâmica das culturas aparece como uma dinâmica de diferenciação a proteger” (CLAVAL, 2002, p. 21).

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da história da civilização, a geografia alterou-se e evoluiu de forma significativa. De forma irrefutável pode-se afirmar que há uma vasta pluralidade de abordagens que se complementam-se e distanciam-se em que nas quais o conhecimento não possa ser amplificado de maneira capital. A cada momento surgem novas perspectivas para uma compreensão cada vez mais eficiente do modo como interagimos com o meio. A ciência, em sua trajetória, agrega essas transformações, análises e teorias, que posteriormente podem ser questionadas e suplantadas.

O tema escolhido abordou as escolas geográficas inseridas em algumas obras de Roberto Lobato Corrêa, passando pela década de 1960, culminando até os dias atuais. Analisou-se os principais conceitos utilizados presentes nas dicotomias geográficas existentes.

A pesquisa foi trabalhada com base nos artigos escritos pelo autor, e os posteriores objetivos definidos (principais e secundários) foram trabalhados de maneira expressiva, cumprindo assim a meta estabelecida. Não houve dificuldades para a obtenção desses arquivos.

Primeiramente foi trabalhada a geografia Clássica e seus precedentes, calcados pelo método de observação-indutivo e fundamentada nas obras de Humboldt, Ritter e Paul Vidal de La Blache. Surgiu como uma ciência geográfica aliada a uma premissa possibilista de ciência natural; caracterizada expressivamente pelo uso de expressões como “paisagem” e “região”. Esse conceito ficou bem caracterizado nas obras de Corrêa através de um leque extremamente detalhista pautado pela ciência do visível. Posteriormente foi visto a geografia Quantitativa ou “Nova geografia”, caracterizada pelo método hipotético-dedutivo. Essa nova corrente geográfica surgida em um contexto de pós-guerra (1950) apregoava uma necessidade de exatidão teórica assentada em medições, dados numéricos, uso de modelos locais, gráficos e tabelas. Nos textos de Corrêa vimos os detalhes dos lugares abordados, traduzidos em números e tabelas. A geografia Quantitativa, surgida na França em meados da década de 1970, contestava as relações de poder e de dominação, envolvida com o bem-estar social e o combate às

desigualdades sócio-econômicas. Carregava consigo um ideal marxista como o materialismo histórico e um método dialético de abordagem. Um dos conceitos principais dessa escola, o território, é usado de forma expressiva nas obras de Corrêa, principalmente na década de 80, criticando-se o papel do Estado e o ideal capitalista de maximização de lucros. Por fim, temos a geografia Humanista, baseada na experiência individual cada um possui com relação ao mundo vivido. Dá o método de estudo ser perceptivo, com o espaço vivido correspondendo ao conceito principal dessa escola. No Brasil, os estudos dessa geografia iniciaram-se a partir da década de 1970, correlacionado às paisagens e relacionando-as com essa percepção espacial. Corrêa é o principal nome dessa vertente no território nacional.

Assim, pode-se concluir que atualmente essas várias correntes geográficas dividem ideias e opiniões não só no Brasil, mas em todo o mundo. Corrêa concretizou-se como um geógrafo de importância sumária no seio dessa ciência no território brasileiro. Seu legado é imprescindível para o que essa disciplina veio a se tornar, e considero que pude contribuir de dada maneira para uma compreensão dessa relevância aqui nesse trabalho. Nos dias atuais, traduzido pelas evoluções tecnológicas, faz-se necessário mesclar conceitos e paradigmas do pensamento da geografia. As informações estão em constante processo de alterações e o ensino da geografia é crucial para o ser humano. Esse movimento existente na ciência é de grande importância para a produção de conhecimento, o que se questiona é a favor de quem esse conhecimento desenvolvido é utilizado.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia, Ciência da Sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico**. São Paulo: Atlas, 1987.
- BLAKE, William. **The Marriage of Heaven and Hell**. England, 1793.
- BLACHE, Paul Vidal de la. **Princípios de geografia humana**. 2º ed. Lisboa: Cosmos, 1954.
- BUTTIMER, Anne. **Aprendendo o Dinamismo do Mundo Vivido**. In: CHRISTOFOLETTI, A. *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: DIFEL, p. 165-194, 1982.
- CAIRUS, Henrique F. **Textos hipocráticos: o doente, o médico e a doença**. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 91-129, 2005.
- CAMARGO, José Carlos Godoy; REIS JÚNIOR, Dante Flávio da Costa. **A filosofia (neo)positivista e a Geografia Quantitativa**. in: VITTE, Antonio Carlos (org. *Contribuições à História da Geografia*.) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- CAPEL, Horacio. **Filosofia y Ciencia en la Geografia Contemporánea**. Barcelona: BARCANOVA, 1981.
- CAPEL, Horacio. **Filosofia e ciência na geografia contemporânea: uma introdução à geografia**. Maringá: Massoni, 2004.
- CHRISTOFOLETTI, A. In: **Perspectivas de Geografia**. São Paulo: Difel, 1982.
- CLAVAL, Paul. **A volta do Cultural na Geografia**. Mercator - Revista de Geografia da UFC, Fortaleza, v.1, n.1, p. 19-28, 2002.
- CLAVAL, Paul. **História da Geografia**. Lisboa: Edições 70, 2006.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Regime de Exploração da Terra no Nordeste, uma Tentativa de Expressão Cartográfica. **Revista Brasileira de Geografia** ano XXV, nº 3, p. 57-85, 1963.
- CORRÊA, Roberto Lobato. A Colônia Pindorama: Uma Modificação na Paisagem Agrária dos Tabuleiros Alagoanos. **Revista Brasileira de Geografia** ano XXV, nº 4, p. 67-72, 1963.

- CORRÊA, Roberto Lobato. Os Estudos de Redes Urbanas no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, ano XXIX, nº 4, p. 93-116, 1967.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Princípios de Centralidade. **Curso de férias para professores de geografia do ensino médio**. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, Fundação IBGE, p. 132-141, 1970.
- CORRÊA, Roberto Lobato; TEIXEIRA, Marlene P.V. Circulação Intermunicipal de Ônibus e Sistemas de Localidade Centrais **Revista Boletim Geográfico 246**, Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Fundação IBGE, 1975.
- CORRÊA, Roberto Lobato. et al. O Sistema Urbano Brasileiro: Uma Análise Através dos Fluxos Aéreos de Passageiros. **Revista Brasileira de Geografia**, ano XXXIX, nº 3, p. 92-111, 1977.
- CORRÊA, Roberto Lobato. A Periferia Urbana **Revista Geosul**, ano 1, nº 2, p. 70-78, 1986.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**, São Paulo: Editora Ática S.A, Série Princípios, 1986.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Algumas Reflexões Gerais sobre a Gestão do Território in **Geografia, Poder y Planificación**, II Encuentro de Geografos da America Latina, Montevideo, 1989.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Concentração Bancária e Centros de Gestão do Território: O Caso do Brasil in **Geografia, Poder y Planificación**, II Encuentro de Geografos da America Latina, Montevideo, 1989.
- CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Metropolitano e sua Dinâmica. **Anuário do Instituto de Geociências**, UFRJ, 17, p.24-29, 1994.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Globalização e Reestruturação da Rede Urbana. Uma Nota sobre as Pequenas Cidades **Revista Território**, 6 – p. 43-53, 1999.

- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região E Organização Espacial** 7º Ed. São Paulo: Ed. Ática, 2000.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Uma Sistematização Da Análise De Monumentos Na Geografia **Revista Terra Plural**, Ponta Grossa, 1(1), p. 9-22, 2007.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Economia, Cultura e Espaço** Parques Temáticos - Uma Forma Simbólica Do Capitalismo Avançado. Org. R. L. Corrêa e Z. Rosendahl, Rio de Janeiro, EDUERJ, p. 99-112, 2010.
- FAISSOL, H. **A geografia quantitativa no Brasil: como foi e o que foi?** Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v.51, n.4, 1989.
- FERREIRA, Conceição C.; SIMÕES, Natércia N. **A evolução do pensamento geográfico**. 8.ed. Lisboa: Gradiva, 142 p. 1993.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1996.
- HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2011.
- LACOSTE, Yves. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 2. Ed. Campinas: Papirus, 1989.
- MANLEY, G. **A new geography**. The Guardian, 17 march, England, 1966.
- MORAES, Antônio Carlos. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Ed. USP, 2001.
- MORAES, Antônio Carlos. **A Gênese da Geografia Moderna**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.
- MOREIRA, Ruy. **MARXISMO E GEOGRAFIA (A Geograficidade e o diálogo das Ontologias)*** - GEOgraphia - Vol. 6, No 11, Goiânia, p. 21-37, 2004.

- MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica.** São Paulo: Ed. Contexto, 2006.
- OLIVEIRA, Jeferson R. **Representações e práticas religiosas da renovação carismática católica em Cachoeira Paulista: o exemplo da canção nova** - Espaço e Cultura, UERJ, RJ, n. 30, jul./dez, p.36-54, 2011.
- OLIVEIRA, Livia de. **Percepção do meio ambiente e Geografia.** In: OLAN – Ciência & Tecnologia v.1, n. 2 nov. 2001. Rio Claro: Aleph, Engenharia e Consultoria Ambiental, p. 14-28, 2001.
- PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **Perspectiva lógico formal: uma nova geografia para pensar o Brasil** – I Colóquio Brasileiro de História do Pensamento Geográfico – abril/2008 apud BURTON, Ian. A revolução quantitativa e a geografia teórica. Boletim de Geografia Teórica, Rio Claro, v.7, n.13, p.63-84, 1977.
- RELPH, E. **As bases fenomenológicas da Geografia.** Revista Geografia, v. 4, n.7, p. 1-25, 1979.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova – da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.** São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço, técnica e tempo, razão e emoção.** Hucitec 2ª edição, 1997. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço habitado.** São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SANTOS, Milton. (Organização RIBEIRO, Wagner Costa). **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania.** São Paulo: Publifolha, 2002.
- TUAN, Yi-Fu. Geografia Humanística In: CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Perspectivas da Geografia.** São Paulo: DIFEL, 1982.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo: Difel, 1983.

- VIEIRA, Marcos Vinicius. A Contribuição dos Gregos às Bases da Geografia **Revista Eletrônica Boletim do TEMPO**, Ano 6, Nº12. Rio, 2011, disponível em: <<http://www.tempopresente.org>>. Acesso em: 27 nov. 2013.